



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata n.º 02 | 26 de abril de 2018

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, no salão nobre do edifício dos paços do município, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal do Cartaxo. -----

COMPOSIÇÃO DA MESA: -----

Presidente, senhor Augusto Gonçalves Parreira (PS), **1.º Secretário**, senhor Marco Bruno Lavrador de Oliveira Rodrigues (PS) e **2.º Secretário**, senhora Filipa Maltieiro Duarte Rodrigues (PS). -----

PRESENCAS: -----

Assinaram a *Lista de Presenças*, para além dos mencionados, os seguintes membros da Assembleia Municipal: -----

José Manuel Morgado Antunes Barroso (PPD/PSD.NC) -----

Gentil de Sousa da Pena Duarte (PS) -----

Dília Maria Silvério Miranda Canais (PPD/PSD.NC) -----

Délio Modesto Pereira, *em substituição* (CDU) -----

Carolina Nazaré Simões, *em substituição* (PS) -----

José Augusto Santos de Jesus (PPD/PSD.NC) -----

Hugo de Almeida Narciso Gomes Vieira (PS) -----

Sérgio Pedro Mendes Mesquita Lopes (PPD/PSD.NC) -----

Manuel Luís Salgueiro, *em substituição* (PS) -----

José Manuel Marques de Freitas (CDU) -----

Vera Isabel Cordeiro Maximiano Custódio (PS) -----

Francisco Manuel Miguel Colaço (BE) -----

Ana Sofia Correia Amaro dos Penedos (PPD/PSD.NC) -----

Catarina Simão Bento Pinheiro (PS) -----

Diogo Alexandre Pereira Martins (PS) -----

Gonçalo Nuno Ferreira Gaspar, *em substituição* (PPD/PSD.NC) -----

Maria De La Salette Da Conceição Marques Cêra (PS) -----

Catarina Maria Lagarto Marques (CDU) -----

Délio da Silva Pereira (PS) -----

João Herculano Fernandes Nunes (PS) -----

Jorge Manuel Pisca de Amorim Lúcio (MIP) -----

Maria Margarida Dos Santos Oliveira Abade (PS) -----

José Alberto Alves Belo (PS) -----

Vasco Manuel Marques de Sousa Casimiro (PS) -----

--- **EXECUTIVO MUNICIPAL:** -----

Estiveram presentes da parte do executivo municipal, o Presidente da Câmara Municipal, senhor Pedro Miguel Magalhães Ribeiro (PS), o Vice-Presidente da Câmara Municipal, senhor Fernando Manuel da Silva Amorim (PS) e os Vereadores, senhora Elvira Felicidade Ferreira Rodrigues Tristão (PS), senhor Pedro Filipe Miranda da Cruz Nobre (PS), senhora Ana Isabel Coito Bernardino (PS) e o senhor Nuno Filipe Rosa Nogueira (PPD/PSD.NC). -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

Handwritten signature

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

SUBSTITUIÇÕES: -----

Nos termos legais, pediram substituição e foram substituídos os seguintes membros da Assembleia Municipal: senhor Mário Júlio Roque dos Reis (CDU), senhora Ana Sofia dos Santos Vitoriano Amendoeira (PS), senhor Paulo André Ramalho Caetano (PS) e senhor João Pedro Diniz Flor de Oliveira. -----

ORDEM DO DIA: -----

Da presente sessão constava a seguinte *Ordem do Dia*, previamente elaborada e datada de vinte de abril do corrente ano: -----

1. Apreciação do relatório de atividade e da situação financeira da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro/para apreciação;
2. Pedido de reconhecimento do interesse público municipal (P.º 316/2017/DIV) - Local: Rua da Carrasqueira - Quinta da Roseirinha – E.M. 600-1 – Lapa - Freguesia: União das Freguesias de Ereira e Lapa - Requerente: Sandra Isabel dos Reis Ricardo./ para deliberação;
3. Quinta da Cabreira – Revogação da deliberação da Assembleia Municipal de 28.06.2011./ para deliberação;
4. 7.ª Alteração do Plano Diretor Municipal do Cartaxo (PDMC) – RERAE II - Relatório de Ponderação dos Resultados da Discussão Pública e Aprovação./para deliberação;
5. 1.ª alteração ao mapa de pessoal de 2018, de acordo com o disposto no artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na redação vigente e artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação./ para deliberação;
6. Candidatura de "Melhoria da eficiência energética nos sistemas de iluminação pública"./ para deliberação;
7. 1.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2018./ para deliberação;
8. Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão do ano de 2017./ para deliberação;
9. Aplicação do resultado líquido do exercício do ano de 2017./ para deliberação;
10. Relatório do Fundo de Apoio Municipal do 3º trimestre de 2017./ para conhecimento;
11. APAAC - Mapa mensal de movimentos do CROAC – Cartaxo./ para conhecimento;
12. Tagusgás – Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A. – Relatório e Contas de 2017./ para conhecimento.

ABERTURA: Verificada a existência de quórum, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão quando eram dezoito horas e vinte minutos. -----

---- Saudou os membros da Assembleia Municipal, a comunicação social e agradeceu a presença do senhor Presidente da Câmara Municipal e dos senhores Vereadores. -----

--- Saudou a forma elevada como tinham decorrido as comemorações do 25 de Abril, no dia anterior, em Vila Chã de Ourique. Informou que, provavelmente, a próxima sessão ordinária iria decorrer na freguesia de Pontével. -----

--- Acrescentou que, no dia 16 e 17 de maio iriam decorrer as Assembleias Municipais de Jovens, no Salão Nobre, da Câmara Municipal. Antes do final do ano letivo iriam fazer a segunda visita aos almoços das escolas, provavelmente à EB1 de Pontével. -----

--- Informou ainda, que se iria realizar o Congresso da Associação Nacional das Assembleias Municipais, na qual não iriam estar representados, uma vez que não eram associados. Aquele assunto não estava ainda, devidamente esclarecido, para que pudessem decidir sobre a adesão à associação, nomeadamente, estatutos, quotizações. -----



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANTES DA ORDEM DO DIA

APROVAÇÃO DE ATA.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a votação a ata presente, após constatar não existirem interessados em intervir no período destinado à sua apreciação.

1. APROVAÇÃO DA ATA N.º 1 DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 27/02/2018.

➤ A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata supra mencionada, com treze (13) votos a favor, sendo treze (13) do PS, quatro (4) do PPD/PSD.NC, dois (2) da CDU, um (1) do BE e um (1) do MIP.

MOÇÃO "POR INVESTIMENTO NO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE" - apresentada pelo grupo municipal da CDU.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhora Catarina Lagarto (CDU) para apresentação da proposta supra mencionada, que fez a leitura do documento que para melhor compreensão se anexa à presente ata (Anexo n.º 1), dela fazendo parte integrante.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou o início do debate da proposta apresentada e deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Hugo Vieira (PS), que começou por cumprimentou os presentes e, afirmou que aquela era uma saudação aos profissionais de saúde, pelo que sugeriu que aquele documento fosse discutido com a moção que o Partido Socialista tinha sobre a saúde no concelho do Cartaxo.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, dando por terminado o período destinado à discussão da moção, submeteu a votação a proposta apresentada.

➤ A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a moção apresentada.

MOÇÃO "PELA RESOLUÇÃO DA SAÚDE NO MUNICÍPIO DO CARTAXO/ PELA DEFESA DO DIREITO À SAÚDE DA POPULAÇÃO LOCAL" – apresentada pelo PS.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhora Vera Maximiano (PS) para apresentação da moção supra mencionada, que para melhor compreensão se anexa à presente ata (Anexo n.º 2), dela fazendo parte integrante.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou o início do debate da moção apresentada e deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor José Augusto Jesus (PPD/PSD.NC), que disse que na generalidade concordavam com a proposta, no entanto o último parágrafo não era esclarecedor qual a envolvimento nas negociações da Cimeira Ibérica.

Intervio a seguir o membro da Assembleia Municipal, senhor Francisco Colaço (BE), que cumprimentou os presentes e, disse acompanhar as duas moções apresentadas, pois era um sector que lhes era caro, a defesa do serviço nacional de saúde público, apesar de nem todos os governos terem tido aquele entendimento, pois alguns tinham privilegiado a saúde privada e, tinham depauperado os serviços públicos de saúde. Referiu que o hospital distrital de Santarém tinha grandes problemas ao nível dos



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

recursos humanos e técnicos e, que a gestão não era das melhores. Sobre a saúde no Cartaxo recordou que, tinham denunciado na última campanha eleitoral, o número de pessoas sem médico de família; era sabido que decorria no país um grande debate nacional sobre a gestão orçamental do país e, o BE não concordava que havendo folga orçamental, esta não fosse canalizada para corrigir as deficiências graves, que existiam no serviço de saúde, pelo que não poderia deixar de votar favoravelmente as duas moções. -

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Hugo Vieira (PS) que questionou quais as diligências anteriores tomadas pelo executivo sobre o assunto tratado na moção apresentada pelo PS. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, para respostas às questões formuladas. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, transmitiu que estavam a trabalhar de forma próxima, junto da ACES Lezíria, sobre aquela matéria. Reconheceu que a falta de médicos era um problema estrutural, que os sucessivos governos não tinham tido a capacidade de contrariar. Alertou para que ainda que preocupante, a situação do concelho do Cartaxo era das melhores da ACES Lezíria. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhora Dilia Canais (PPD/PSD.NC), que recordou que na sessão de dezembro, aquela bancada tinha abordado a questão da falta de médicos de família e, que o senhor Presidente tinha informado ter solicitado uma reunião com a Dra Diana Leiria da ACES Lezíria e, com o senhor Ministro da Saúde, pelo que gostaria de saber o resultado desses contactos. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que não tinham notícia de serem recebidos por parte do senhor Ministro, mas tinham informação da vontade de visita do senhor Ministro da Saúde ao concelho, sujeita a confirmação, pelo que quando a obra de Valada estivesse pronta poderia estar criada a oportunidade. Acrescentou que aquele assunto era debatido naquele órgão, pelos diferentes grupos parlamentares há muitos anos, pelo que era um problema estrutural, que se arrastava de norte e sul do país, sem soluções. -----

--- Referiu que o encerramento das extensões de saúde não era por si más, relembrando o fenómeno que aconteceu no concelho, desde que houvesse soluções melhores. Disse que não ouvia a população de Vale da Pinta, Lapa ou Ereira contestar o encerramento das suas extensões de saúde, que não eram mais do que uma porta aberta com um médico e um administrativo, sem meios de diagnóstico e recursos. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, dando por terminado o período destinado à discussão do tema, submeteu a votação a moção apresentada. -----

➤ **A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a moção “Pela resolução da saúde no município do Cartaxo/ pela defesa do direito à saúde da população local”** -----

SAUDAÇÃO “POR OCASIÃO DO 44.º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO DE ABRIL” – apresentada pela CDU. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhora Filipa Maltieiro (PS) que após cumprimentar os presentes fez a leitura do documento, que para melhor compreensão se anexa à presente ata (Anexo n.º 3), dela fazendo parte integrante. -----



Handwritten signature/initials

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

SAUDAÇÃO AOS 44 ANOS DO 25 DE ABRIL DE 1974 – Apresentada pelo PS. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhora Filipa Maltieiro (PS) que fez a leitura do documento, que para melhor compreensão se anexa à presente ata (Anexo n.º 4), dela fazendo parte integrante. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período destinado à inscrição dos membros interessados em intervir na discussão do tema, momento após o qual deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Gonçalo Gaspar (PPD/PSD.NC). -----

O membro da Assembleia Municipal, senhor Gonçalo Gaspar (PPD/PSD.NC), no uso da palavra, começou por cumprimentar todos os presentes e, saudou o documento apresentado pelo Partido Socialista sobre o 25 de Abril, com o qual se identificavam na íntegra, pois se tinha existido conquista do 25 de Abril, essa era o poder local. Saudou também o dever de lembrar o 25 de Abril com todos e, não centralizar aquele tipo de iniciativas, por isso realçou a descentralização das celebrações do 25 de Abril do Concelho.-

--- Sobre a saudação apresentada pela CDU considerou ser de conteúdo passado, retrógrado e, continuava a ter um conjunto de palavras de posturas e de posições políticas, que no seu entendimento não eram dignas dos tempos que viviam. Referiu que o 25 de Abril tinha trazido um conjunto de princípios e de valores, que aquela moção colocava em causa, por isso, era uma moção e posição do passado, pois viviam num regime democrático. Acrescentou que viviam também num país pacífico e, colocar em causa a paz social não era defender os princípios de Abril, pois colocavam em causa um conjunto de valores, que já não estavam em causa há 44 anos. Afirmou que a posição do seu partido seria a de votar contra aquela moção, porque a mesma era própria do século passado e, não dos tempos que viviam atualmente. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Gentil Duarte (PS) que solicitou que a saudação fosse sujeita a votação. Relativamente às questões referidas disse que se pronunciavam normalmente sobre as ideias, em detrimento da forma, para quem deixavam a responsabilidade dos que elaboravam as moções, assim concordando com as ideias gerais referidas na moção iriam tomar posição a favor da moção apresentada. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por terminada a discussão e, submeteu a votação, individualmente, a moção e a saudação. -----

➤ A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a moção da CDU, com dezanove (19) votos a favor, sendo quinze (15) do PS, dois (2) da CDU, um (1) do BE e um (1) do MIP, cinco (5) votos contra do PPD/PSD.NC e uma (1) abstenção do PPD/PSD.NC (senhor Pedro Mesquita Lopes). -----

➤ A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a saudação do PS, com vinte e cinco (25) votos a favor, sendo quinze (15) do PS, seis (6) do PPD/PSD.NC, dois (2) da CDU, um (1) do BE e um (1) do MIP. -----

MOÇÃO 1.º DE MAIO - Apresentada pelo BE. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Francisco Colaço (BE), que no uso da palavra, procedeu à leitura da moção, que para melhor compreensão se anexa à presente ata (Anexo n.º 5), dela fazendo parte integrante. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período para registo dos interessados em intervir na discussão da Moção e deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor José



7
19.

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Augusto de Jesus (PPD/PSD.NC), que referiu que quando aprovavam uma moção estavam a assiná-la, não era só a forma e as ideias que subscreviam, mas também o conteúdo. Afirmou que a moção ali em discussão merecia da parte da sua bancada um voto contra, pois não era a primeira vez que o deputado Francisco Colaço falava em “delinquentes” referindo-se ao anterior governo PSD/CDS. No entanto aquela não seria a única razão para votarem contra a moção, mas também o facto dos sucessos da iniciativa privada resultar das políticas laborais implementadas pelo governo PSD/CDS; registando que estariam sempre a favor das garantias e direitos dos trabalhadores sejam o mais possível salvaguardados. -----

PROLONGAMENTO DO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA - Pedido apresentado pelo PPD/PSD.NC. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que a Mesa dispunha de um pedido verbal de prorrogação do período de *Antes da Ordem do Dia*, apresentado pelo membro da Assembleia Municipal, senhor José Augusto de Jesus (PPD/PSD.NC), que submeteu a votação. -----

➤ A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o prolongamento por mais trinta minutos do período de *Antes da Ordem do Dia*. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu continuidade aos trabalhos, dando a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Francisco Colaço (BE), que esclareceu que nunca ninguém veria nas suas palavras, nenhum ataque pessoal, nenhuma qualificação substantiva ou adjetiva pessoal a ninguém, pois sempre se tinha pautado na sua vida política por fazer caracterizações políticas e, a políticas executadas. Portanto quando tendencialmente, tentavam ver nas suas palavras ataques pessoais seria por ingenuidade ou distração ou então para deturpar, propositadamente o que era dito. Assim clarificou, que quando qualificava como “delinquente”, não se referia especificamente a ninguém, porque não fazia ataques pessoais, mas sim à política executada. -----

--- Lembrou que o espectro político da direita tinha opções e posicionamentos distintos do espectro político da esquerda, mas tendo a legislação laboral sido aprovada nos quatro anos em que a direita tinha governado o país, o crescimento do emprego só tinha começado quando o terrível ciclo de governação da direita tinha terminado, o ciclo tinha sido invertido quando começou a existir mais dinheiro, para o consumo interno. Concluiu que o crescimento económico nada tinha a ver com a legislação laboral implementada pelo governo PSD/CDS, o ciclo tinha mudado com a mudança de governo e, quando as políticas de rendimentos para as pessoas foram alteradas. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Gentil Duarte (PS), que no uso da palavra, referiu que tratando de uma moção de saudação ao 1.º de Maio, sem dúvida que era importante. Saudou o BE, por ter introduzido um pouco de história na sua moção, que era sempre de proveito para todos, no entanto seriam as ideias principais, mais do que a forma, que prevaleceriam na posição sobre as moções. Acrescentou que desde que o atual governo estava em funções, ressaltando que o investimento privado era um dos poderosos elementos do crescimento económico, assistia-se a um aumento do salário mínimo, com as melhorias da legislação laboral e as condições que o atual governo tinha permitido, o crescimento económico demonstrava que, relativamente, a cada situação poderia existir mais do que uma solução. -----



Handwritten signature and initials.

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por terminada a discussão e, submeteu a votação a moção apresentada pelo BE. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a moção da CDU, com dezanove (19) votos a favor, sendo quinze (15) do PS, dois (2) da CDU, um (1) do BE e um (1) do MIP, e seis (6) votos contra do PPD/PSD.NC. -----

PROPOSTA "MÊS DO DESPORTO" – Apresentada pelo PPD/PSD.NC. -----

O membro da Assembleia Municipal, senhor Gonçalo Gaspar (PPD/PSD.NC), no uso da palavra, procedeu à leitura da declaração, que para melhor compreensão se anexa à presente ata (Anexo n.º 6), dela fazendo parte integrante, após apresentar cumprimentos a todos os presentes. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período para registo dos interessados em intervir na discussão da proposta e deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Hugo Vieira (PS), que questionou o executivo sobre a previsão de eventos desportivos, no ano corrente, a acontecer no município. -----

Tomou a palavra o membro da Assembleia Municipal, senhor Francisco Colaço (BE), que sobre a existência de um grupo de jovens algo numeroso, que transportavam skates pelas ruas do Cartaxo, pelo que perguntou se estaria prevista ou se poderia ser enquadrada aquela atividade nas políticas a desenvolver pelo executivo. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para resposta às questões suscitadas. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, iniciou a intervenção dizendo que não podia concordar, quando se dizia que nada tinham feito para solucionar o problema. Referiu ainda que qualquer evento como a semana do desporto não se poderia cingir apenas ao Cartaxo, o concelho do Cartaxo, não era apenas a cidade do Cartaxo. Transmitiu que aquela proposta revelava um profundo desconhecimento das atividades, que decorriam no concelho, pelo que lhe parecia uma tentativa de marcar a agenda política e, não uma proposta para levar muito a sério. Acrescentou que o comércio do Cartaxo não era só a rua Batalhoz e, o Cartaxo era o Concelho, não apenas a cidade. -----

--- Disse que ao longo do ano existiam diferentes iniciativas, com demonstrações de karaté; jogo de futebol na praça 15 de Dezembro, tinha já sido feito um jogo de basquete numa cooperação entre o Ateneu e a Câmara; a volta de ciclismo pelo Cartaxo informou que era raro o fim-de-semana onde não havia prova/atividade de bt/ciclismo em todas as freguesias do concelho. Sobre a questão do atletismo disse que, se fazia já há muito uma prova de atletismo, que se chamou no passado prémio Rui Silva e, agora se chamava corrida das vindimas. Além de todas as atividades de coletividades que a câmara apoiava, existiam ainda atividades de natal, carnaval, dia do campino, semana da saúde, eventos de verão, dia a criança. -----

--- Finalizou informando sobre a questão do senhor Francisco Colaço, que tinham sido obrigados a retirar o equipamento de skate, por questões de segurança, mas que estavam à procura de uma solução com um patrocinador, pois o investimento era elevado. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Hugo Vieira (PS), que observou que a proposta constatava e obvio e, afunilava uma atividade



19.

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

bastante diversificada. Considerou que a proposta não trazia nada de novo, era apenas para marcar algum tipo de agenda política, não englobava a freguesias, muito focada no centro da cidade. Ao contrário do que dizia a proposta nenhuma associação estava proibida ou impedida de fazer atividades desportivas e até contavam com o apoio da câmara municipal para as mesmas. Na sua opinião aquela proposta não fazia sentido e, no sentido de voto iria demonstrar isso mesmo. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Gonçalo Gaspar (PPD/PSD.NC), que considerou que nenhuma proposta deveria ser encarada como menos séria, pois todas mesmo concordando-se ou não com as mesmas deveriam ser levadas como sérias. -----

--- Salientou que, a preocupação que a JSD queria transmitir naquela proposta era que deveria haver com mais frequências iniciativas no centro da cidade, pois se havia local que vivia momentos difíceis era o centro da cidade e o comércio local. -----

--- Referiu que o desporto era uma questão sectorial, mas as iniciativas de cariz desportivo, que o município organizava mobilizavam mais pessoas, do que as de cariz social. Acrescentou ainda que aquela proposta apresentava sugestões, não estavam vinculadas e fechadas. Assim, parecia-lhe que a proposta deveria ser olhada de modo construtivo, sem afunilar; a proposta transmitia que o município deveria fazer um conjunto de iniciativas para dinamizar o centro, beneficiando o comércio local e proporcionando à população mais e melhores atividades. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Gentil Duarte (PS), que solicitou ao PSD, que era tão adepto da iniciativa privada, que ao invés de sugerir que a câmara fizesse, fosse a iniciativa privada a fazer com o apoio da câmara, que já tinha demonstrado estar disponível para apoiar no que fosse necessário. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para esclarecimento das questões colocadas. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal reafirmou que a proposta não era séria, nem poderia ser levada a sério, porque tudo o que ali era apresentado e muito mais já era feito. Acrescentou que não era a primeira vez que a JSD, na Assembleia Municipal, apresentava propostas sobre coisas já feitas, no entanto o problema era o profundo desconhecimento do que se fazia no concelho, porque só de quatro em quatro anos ninguém faltava às iniciativas, mas havia vida no concelho ao longo do tempo. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor José Augusto de Jesus (PPD/PSD.NC), que dirigindo ao senhor Presidente da Câmara disse que, era absolutamente normal, que num contexto de campanha eleitoral as pessoas se mobilizassem para aparecer em todo o lado. Referiu que aquele argumento não fazia sentido porque em todas as iniciativas em que o presidente de câmara estava e os outros não, o presidente de câmara tinha recebido convite, pois era uma honra para as associações que promoviam as iniciativas ter o presidente de câmara presente. ----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, dando por terminado o período destinado à discussão da proposta, submeteu a votação a proposta apresentada. -----

➤ **A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, recusar a proposta** com seis (6) votos a favor, do PPD/PSD.NC, quinze (15) votos contra sendo catorze (14) do PS e um (1) do MIP e seis (6) abstenções sendo



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dois (2) do PS (senhores Augusto Parreira e Filipa Maltieiro), três (3) da CDU e um (1) do BE. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

O membro da Assembleia Municipal, senhor Francisco Colaço (BE), na sua declaração de voto, disse: *“Não vejo mal que um ou outro grupo parlamentar faça recomendações/ propostas sobre políticas desportivas ou outras, mesmo que isso, na opinião do senhor Presidente da Câmara, denote alguma ignorância, mas dado que o tom adotado posteriormente, no enquadramento me pareceu demasiado tendencioso, no sentido de marcar a agenda política, fui obrigado a abster-me.”* -----

O membro da Assembleia Municipal, senhor Jorge Pisca (MIP), na sua declaração de voto, disse: *“Votei contra por uma razão muito simples: já é tempo nesta casa de começarmos a pensar não só na rua Batalhoz, mas em todo o comércio das freguesias e, também nas atividades que se fazem nas freguesias e, que nunca é aqui mencionado. Todos os fins-de-semana há eventos nas freguesias e, parece que é desconhecido dos membros desta casa, pois estão sempre a querer que os eventos sejam na cidade do Cartaxo.”* -----

INTERVENÇÃO DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, SENHOR JORGE PISCA (MIP). -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **membro da Assembleia Municipal, senhor Jorge Pisca (MIP),** que solicitou ponto de situação com o presidente da Câmara da Azambuja, sobre o trânsito pesado dentro da freguesia de Pontével. Lamentou que as empresas de telecomunicações continuassem a colocar “estendais” dentro das aldeias e vilas, sem respeitar as normas de altura e, o trânsito pesado ao passar arrancasse os fios provocando problemas no trânsito. -----

--- Referiu depois a questão das luminárias, pois existiam fios separados que passavam dentro dos correios, com tendência a que ocorressem incêndios; fios nos postes elétricos sem isoladores. -----

--- Sobre a rotunda na variante à 365-2 informou que a mesma estava na freguesia de Pontével e, que além do senhor presidente da União de Freguesias Ereira e Lapa, também gostaria de estar presente nas reuniões/negociações. -----

--- Apelou que se fizesse um estudo para que, pelo menos uma vez, por semana, as pessoas que vivem nas aldeias e lugares mais distantes da freguesia tivessem um transporte, para puderem vir à cidade tratar dos seus assuntos. -----

--- Solicitou ponto de situação sobre a etar de Pontével, uma vez que já estava finalizada, já estavam colocados os postes da EDP, para quando a sua inauguração. Finalizou reiterando as questões sobre os custos com o Casal Branco, nomeadamente a questão que tinha formulado em setembro de 2017: quais os valores que o executivo de 2013-2017 tinha investido no Casal Branco e, quais os valores que a câmara tinha feito de despesa, desde o início, para aquela zona empresarial. -----

INTERVENÇÃO DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, SENHOR JOSÉ BARROSO (PPD/PSD.NC). -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **membro da Assembleia Municipal, senhor José Barroso (PPD/PSD.NC),** que começou por saudar todos os presentes. -----



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Em seguida, solicitou o ponto de situação do projeto "Campo Seguro", do qual continuava à espera da implementação. Referiu que a campanha não estava mais adiantada, porque as condições climáticas não o permitiam e, o projeto não estava implementado.-----

--- Informou que, tinha ficado surpreendido com uma entrevista do executivo ao "Jornal de Cá", a redimir-se da questão dos "Bosque dos 200 Anos", pois fazia naquele dia, precisamente, um ano que na sessão da Assembleia Municipal, que o PSD tinha apresentado uma sugestão, para o "Bosque dos 200 Anos". A resposta dada na altura foi que estavam a preparar uma equipa, para fazer a intervenção e, que estavam a equacionar se deveria ou não existir uma vedação, até as árvores ganharem força e dimensão, mas que nada tinha sido feito. Referiu que como cidadão ficava triste com aquela situação. -----

--- Alertou, mais uma vez, para a situação da sinalética vertical, que não cumpria regras nenhuma e, também deixou a sua opinião, relativamente, à opção por árvores de folha caduca, para embelezar as ruas da cidade, que não lhe parecia a melhor opção, para uma câmara que tinha dificuldades operacionais. ----

--- Finalizou observando que a obra na rua Manuel Bernardes das Neves, não tinha as larguras devidas dificultando o trânsito, em algumas situações. -----

INTERVENÇÃO DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, SENHOR DIOGO MARTINS (PS). -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Diogo Martins (PS), que começou por cumprimentar todos os presentes. -----

--- Em seguida, informou que no âmbito de uma visita que a Juventude Socialista efetuou ao Pavilhão do Inatel do Cartaxo, tinham reunido com o senhor Vereador do Desporto e, que a requalificação daquele equipamento era uma prioridade, também do executivo. Referiu que algumas áreas a necessitar de intervenção prioritária seriam: a substituição do piso, a requalificação dos balneários, a colocação dos vidros no espaço envolvente. -----

--- Informou que o conselho municipal da juventude tinha tido data marcada para 16 de fevereiro, tendo sido adiado e, não tendo ocorrido a sua realização até ao momento. Por fim, solicitou esclarecimento se estava a ser averiguada a situação da repavimentação, dos buracos abertos por empresas prestadoras de serviços. Perguntou se estaria programado algum investimento a nível de alcatrão para alguma rua e, se já estava averiguada a situação de aquisição de massa fria, para tapar alguns buracos de maior dimensão. -

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, para resposta, que esclareceu o senhor Jorge Pisca, que ainda não tinha reunido com o Presidente da Câmara da Azambuja. Sobre a variante respondeu que, o que tinha para dizer era o mesmo que lhe tinha dito há dois dias atrás, quando estiveram reunidos; relativamente ao transporte urbano informou que estavam a ser avaliados os custos e, sobre etar de Pontével não tinha nenhuma novidade em relação à data de inauguração. Sobre os custos com o Casal Branco disse que estava já na posse do senhor Presidente da Assembleia Municipal, um ofício com a informação solicitada.-----

--- Quanto às considerações do senhor José Barroso disse que, estavam empenhados no projeto "Campo Seguro", mas que o processo corria tão mal, que não se atrevia a fazer previsões. Mencionou que os recursos eram escassos, as semanas estavam planeadas para determinados trabalhos e, quase sempre aconteciam imprevistos. Referiu que a entrevista, que tinha dado sobre o "Bosque dos 200 anos", não foi mais que um reconhecimento do que estava a acontecer e, assumir a responsabilidade pelo que não corria



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

bem. Explicou que tinham tentado, nos sítios onde estava pior, que se constituíssem associações de moradores, para que identificassem, quais as prioridades dos usos do espaço, que estavam a aguardar. Sobre a sinalética vertical, que tinha sido objeto de discussão na última comissão de trânsito e, tinha-se chegado à conclusão ao nível da CIMLT, que não tinham a sinalização devidamente regulamentada assim, tinha sido solicitado aos presidentes de junta, que ajudassem a fazer o levantamento, para regulamentar as situações. -----

--- Sobre as árvores da Rua Mouzinho Albuquerque esclareceu que, tinham sido envolvidos no projeto arquitetos paisagistas e, que tinha sido por indicação deles as escolhas das peças ali colocadas. -----

--- Quanto à largura da intervenção na rua Manuel Bernardes das Neves explicou que, tanto o arquiteto, como os engenheiros envolvidos tinham assegurado, que não era impeditivo, sem ocupar a outra faixa. ---

--- Ao senhor Diogo Martins disse que, o pavilhão do Inatel era de facto uma prioridade, o que tinha havido até então era conversações com o Inatel, para os sensibilizar para investir ali 100 mil euros, pois tinham orçamentado e, quantificado tudo o que era necessário, para reabilitar o equipamento. -----

--- Sobre o CMJ informou que, tinha circulado pelos diversos elementos, o pedido de sugestão para contributos quer no horário, quer no dia da semana e na ordem de trabalhos e, estavam a aguardar pois, na sua maioria não se tinham pronunciado. -----

--- Ao nível dos alcatroamentos informou, que estavam a avaliar a possibilidade de até ao final do ano, poder fazer mais alcatroamentos, sem comprometer as metas e disciplina orçamental a que estavam obrigados. Acrescentou sobre a repavimentação das estradas que, o único fiscal municipal tinha três prioridades na sua ação: identificação de áreas de risco de incêndio juntamente com a proteção civil; casas devolutas e em risco para a segurança de pessoas e bens; identificar para notificar as entidades que fazem intervenções no espaço público, para reporem o pavimento. -----

INTERVENÇÃO DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, SENHORA MARGARIDA ABADE (PS). ---

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhora Margarida Abade (PS), que cumprimentou os presentes e, mencionou que na passada semana a Ponte Rainha D. Amélia tinha sofrido uma intervenção, pelo que questionou que tipo de intervenção tinha sido e, se poderiam estar mais descansados com a segurança da ponte, após aqueles trabalhos. -----

INTERVENÇÃO DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, SENHORA ANA PENEDOS (PPD/PSD.NC). -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhora Ana Penedos (PPD/PSD.NC), que cumprimentou os presentes e, solicitou informação sobre uma notícia publicada num jornal, que dava conta da preocupação dos senhores presidentes da câmara municipal do Cartaxo e Salvaterra de Magos, com o estado das fundações da Ponte Rainha D. Amélia, em função de relatório veiculado pela APA, pelo que haviam solicitado intervenção da Infraestruturas de Portugal ou do LNEC, para que fosse efetuado um estudo técnico mais aprofundado sobre o estado dos pilares. -----

--- Prosseguiu solicitando uma intervenção do mercado de Pontével, nomeadamente na cobertura, que era



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de amianto e, apresentava sinais de detioração. -----

INTERVENÇÃO DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, SENHOR PEDRO MESQUITA LOPES (PPD/PSD.NC). -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Pedro Mesquita Lopes (PPD/PSD.NC), que cumprimentou os presentes e, solicitou informação sobre o processo de discussão, negociação e tramitação, para ativação e implementação dos acordos de execução com as freguesias. -----

--- Perguntou ainda, no âmbito da reunião geral com os comerciantes, no dia 30 de janeiro, se já tinham sido realizadas as reuniões com os comerciantes das freguesias, se estavam previstas e, qual a ideia para essas reuniões. Disse ter sido ainda declarado na referida reunião, que iria ser enviado uma proposta de estatutos da associação, mas da qual não tinha tido notícia. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, para resposta, sobre a Ponte Rainha Dona Amélia informou que nunca tinham sido recebidos pelo senhor Ministro; tiveram duas reuniões com o senhor Secretário de Estado das Infraestruturas para discutir a matéria. Referindo à notícia disse que, tinham reunido o presidente da Infraestruturas de Portugal e, tinha tido como principal objetivo conhecer o estudo técnico, que a IP estava a realizar. O segundo objetivo era clarificar as responsabilidades sobre a Ponte decorrentes, quer do protocolo de 1984, quer do protocolo de 1996 e, como a monitorização iria funcionar em termos de futuro. Ao nível do estudo técnico informou, que os resultados preliminares não apontavam para risco elevado, para a circulação na Ponte. Sobre a questão das responsabilidades, ponto que considerou ser o mais importante da reunião, porque dentro dos serviços técnicos do IP existia um conjunto de engenheiros e juristas, que entendiam que a responsabilidade da Ponte era toda dos municípios. Na reunião as responsabilidades tinham ficado clarificadas: do tabuleiro para cima a responsabilidade era dos municípios, do tabuleiro para baixo, os pilares e fundações era responsabilidade do IP. -----

--- Sobre os dados preliminares do estudo, que a IP tinha, referiu que não apontavam para um risco elevado, mas que deveriam ser apertados os níveis de monitorização, pelo que aguardavam a entrega do relatório final, que viria com um conjunto de recomendações. O estudo tinha sido solicitado à APA, para que se percebesse porque um dos pilares sofria um efeito mais erosivo, que todos os outros, o que teria uma explicação para perceberem o curso do Rio Tejo e, para saberem como deveriam atuar no reforço da Ponte. Informou que era uma Ponte antiga, com um nível de risco, que apontava para uma intervenção em 2 anos, no entanto tinham de perceber ao nível do Rio o que estava a acontecer, para saber que tipo de intervenção realizar. Ao nível da fiscalização ficou acordado que, o município do Cartaxo faria os levantamentos batimétricos, ao nível dos pilares e, o município de Salvaterra de Magos os levantamentos topográficos, ao nível do tabuleiros. -----

--- Finalizou dizendo que o presidente do IP defendia que, o projeto para a Ponte deveria ser integrado, ou seja, quando o IP estivesse a atuar nos pilares, também no projeto envolver o que tivesse a ver com os municípios e, depois far-se-ia um protocolo para acerto de contas. Ficou ainda assente, que iriam repor os pórticos no entanto, ainda por decidir estava se seriam em betão ou os de metal como lá estavam antes. -



Handwritten signature or initials in the top right corner.

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Respondendo sobre o mercado de Pontével disse que, estava uma verba em orçamento para mercados municipais e, iriam estudar a possibilidade de no decorrer do exercício do ano fazer aquela intervenção. --
--- Quanto ao acordos de execução referiu que, estava na fase negocial, tinham enviado o ofício e, todas as juntas de freguesia, já tinham respondido com a definição das suas prioridades e, áreas de intervenção que pretendiam ter competências, pelo que nas próximas semanas seria um processo a concluir. -----
--- Relativamente à reunião de comerciantes informou que, não tinham ainda enviado o e-mail com proposta de estatutos e, também não tinham ainda agendado as reuniões com os comerciantes das freguesias. ----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de *Antes da Ordem do Dia* e anunciou a existência de duas inscrições para o período de *Intervenção do Público* [ao qual se fará referência na presente ata, de acordo com o estatuído na lei, terminada a menção aos assuntos incluídos na ordem do dia]. -----

--- Concluído o período de *Intervenção do Público*, informou que os trabalhos iriam ser interrompidos para um pequeno intervalo, findo o qual verificando a existência de quórum, declarou o reinício dos trabalhos com o período da *Ordem do Dia*. -----

ORDEM DO DIA

1. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL, AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI N.º 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o primeiro ponto da *Ordem do Dia* e declarou aberto o período destinado à apreciação do ponto, momento após o qual, deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Francisco Colaço (BE), que disse que aquele tipo de documento deveria ser apresentado com uma pequena informação oral, que ajudaria ao entendimento e esclarecimento do relatório. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhora Ana Penedos (PPD/PSD.NC), que referindo a página 67, onde era apresentada a informação sobre atendimento presencial e telefónico a potenciais investidores no Cartaxo, solicitou esclarecimento sobre os resultados dos contatos havidos com aqueles investidores. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que esclareceu que recebiam vários empresários por iniciativa da câmara ou por iniciativa dos próprios empreendedores, que eram na sua esmagadora maioria canalizados para a ValleyPark, porque vinham à procura de área empresarial para se instalarem; deu conhecimento que iriam ter uma reunião na próxima semana, com um contato para o Casal Branco. Referiu que essencialmente eram contactados por indústria agroalimentar, sector de transportes, sector automóvel, sector de logística e distribuição. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Gonçalo Gaspar (PPD/PSD.NC), que perguntou se já havia algum projeto para o equipamento junto à Praça de Touros, pois tinha-se falado que poderia ser utilizado ou por indústrias criativas, ou por



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

empreendedores, pois era um espaço com potencial e, que continuava vazio e sem utilização. -----

O **senhor Presidente da Câmara Municipal** em resposta disse que tinham voltado a fazer mais um ofício, depois de mais negociações com a CCDR, mas que a solução estava nas mãos daquela entidade, uma vez que tinha sido uma obra comparticipada por fundos comunitários. -----

O **senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **membro da Assembleia Municipal, senhor José Barroso (PPD/PSD.NC)**, que se congratulou pela iniciativa do município, que tinha decorrido de forma muito positiva, em fevereiro relativamente ao vinho. Sobre o espólio do Museu referiu que achava que era muito interessante, mas pouco divulgado, pelo que questionou se o executivo tinha em mente alguma iniciativa para potenciar o mesmo. -----

--- Solicitou ainda esclarecimento sobre com que empreendedores ligados ao vinho tinham reunido, uma vez que a Adega Cooperativa do Cartaxo não havia sido. -----

Tomou de seguida a palavra o **senhor Presidente da Câmara Municipal**, que disse que acompanhava a ideia do senhor José Barroso, pois havia trabalho a fazer para melhor divulgar o Museu e, a partir do momento em que existirem camas de qualidade no Concelho, poderiam lançar uma conjunto de ideias ao nível das rotas de enoturismo. -----

--- Sobre a questão dos empreendedores ligados ao vinho respondeu que, tinham sido contatos dos trabalhos de preparação da Festa do Vinho. -----

O **senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **membro da Assembleia Municipal, senhor Hugo Vieira (PS)**, que observou o acréscimo de notificações ao nível da defesa da floresta contra incêndios e, questionou os resultados das mesmas, juntamente com a fiscalização; se efetivamente estaria a ter impacto significativo no concelho. -----

O **senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **senhor Presidente da Câmara Municipal**, que transmitiu que, as medidas estavam a ter um impacto bastante positivo no concelho, bem como no país, pois uma boa parte do país e do concelho estava com muito menos risco do que tinha, no entanto ainda existiam situações de risco. Referiu que havia alguma preocupação relativamente, à substituição que os municípios seriam obrigados a fazer em relação a algumas entidades e, a sua capacidade para fazê-lo; a capacidade de meios que o país terá a nível de máquinas e, de operadores para o fazer e, de como seriam ressarcidos desses gastos. -----

O **senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **membro da Assembleia Municipal, senhor Jorge Pisca (MIP)**, que referiu que, apesar do concelho não ter grande densidade florestal, existiam mais terrenos agrícolas, na sua freguesia, Pontével, a floresta que existia tinha sido limpa no geral, o que acontecia era que abatiam todo o tipo de árvores e, estavam a flora e da fauna no concelho e na freguesia.-

O **senhor Presidente da Câmara Municipal**, tomou a palavra para dizer que, efetivamente, existiam pessoas que se aproveitavam para arrancar todo o tipo de espécies, mas tinha havido um esforço da parte da câmara para transmitir a máxima informação às pessoas, com ações de divulgação. -----

O **senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **membro da Assembleia Municipal, senhor Ana Penedos (PPD/PSD.NC)**, que referiu que tinha tido alguma dificuldade em encontrar alguém, que fizesse a limpeza do seu terreno e, quando fez o pagamento do trabalho efetuado, tinha-lhe ocorrido uma questão, que julgou ser pertinente: os idosos que auferiam pensões miseráveis, como conseguiriam fazer face àquele encargo, que era substancial. -----



29.

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que transmitiu que, aquelas situações eram acompanhadas pelos serviços de ação social e, referiu ainda a consequência económica das medidas, pois muitos viviam do sector florestal e, quando se falava do eucalipto, por exemplo, que assegurava a muitas famílias, um rendimento em ciclos curtos e, agora em muitas áreas, o que iriam plantar assegurava rendimentos em ciclos maiores. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto. -----

➤ A Assembleia Municipal apreciou o relatório de atividade e da situação financeira da Câmara Municipal. -----

2. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL (P.º 316/2017/DIV) - LOCAL: RUA DA CARRASQUEIRA - QUINTA DA ROSEIRINHA – E.M. 600-1 – LAPA - FREGUESIA: UNIÃO DAS FREGUESIAS DE EREIRA E LAPA - REQUERENTE: SANDRA ISABEL DOS REIS RICARDO.-----

Proposta de Deliberação N.º 5/V-PN/2018 -----

“Considerando que um pedido de regularização e ampliação das instalações afetas à atividade agrícola e industrial, que esteja em desconformidade com os instrumentos de gestão territorial ou servidões e restrições de utilidade pública, deve, face ao estipulado na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro e no n.º 1 do Anexo V à Portaria n.º 68/2015, de 9 de março, em conjugação com a extensão de prazo, âmbito e regime, previstos na Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, ser instruído com deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal;

Considerando que a requerente e proprietária das instalações implantadas no local acima mencionado, afetas às atividades agrícola e industrial, veio através de requerimento a que coube o registo n.º 6734, de 19/07/2017, solicitar a emissão de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização e ampliação dessas instalações, apresentando a documentação e fundamentação que considerou necessárias para o efeito;

Considerando que a regularização e ampliação das instalações em causa, contenderão com o Plano Diretor Municipal do Cartaxo, situação que se enquadra na disposição legal acima referida;

Considerando os teores da Informação N.º 484/2017 DPAU, de 2017/11/07 e do parecer emitido pela Divisão de Desenvolvimento Económico e Social – Área de Desenvolvimento Económico e Empreendedorismo (DDES-DEE) através da Nota Interna N.º 8/2018 DDES-DEE, de 2018/03/21.

Tenho a honra de propor que:

A Câmara Municipal delibere, face à importância das atividades agrícola e industrial da empresa e da necessidade da regularização e ampliação das suas instalações, submeter à Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal delibere, sob proposta da Câmara Municipal e nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, em conjugação com a extensão de prazo, âmbito e regime, previstos na Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, emitir deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização e ampliação das instalações afetas à atividade agrícola e industrial, da empresa em causa.

À reunião de câmara.

O Vereador da Câmara Municipal,

Pedro Filipe Miranda da Cruz Nobre”

O senhor Presidente da Assembleia Municipal fez a introdução do ponto que seguia na *Ordem do Dia* e deu a palavra ao senhor Vereador Pedro Nobre para um enquadramento da proposta em causa. -----



8
Sg.

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O senhor Vereador Pedro Nobre, no uso da palavra, sobre o ponto em questão referiu estar ao abrigo do decreto-lei sobre regularização de atividades económicas, uma empresa na zona da Ereira, que de acordo com o PDM em vigor não era legalizável o edificado e a atividade. Transmitiu que aquele era o primeiro passo, para a consulta várias entidades, que terão de se pronunciar no âmbito da regularização extraordinária. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período destinado ao registo de interessados na discussão do ponto, momento após o qual, deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Francisco Colaço (BE), que referiu que já tinham sido presentes alguns casos semelhantes, no entanto não podiam esquecer que estavam a beneficiar o infrator, ou seja, alguém que fez algo que não respeitava o PDM, pelo que começava a ser cultura corrente não cumprir coisa nenhuma, que depois se legalizava. Questionou se não existiriam outras formas legais, ou outras formas de fazer sentir que não se podia beneficiar o infrator, pois existiam pessoas que cumpriam e, respeitava as regras. -----

De seguida tomou a palavra o membro da Assembleia Municipal, senhor Hugo Vieira (PS), que referiu, que aquela era uma lei que tinha sido publicada em 2015, do Governo PSD para legalizar as situações construídas ilegalmente e, onde era pedido, erradamente na sua opinião, às Assembleias Municipais que deliberassem o interesse municipal, para depois então passar a responsabilidade para as entidades, que deveriam ser as primeiras a averiguar se de facto teriam ou não as condições para serem legalizadas. Observou, que na sua opinião era uma lei criada erradamente e, apesar de aquele processo não envolver linhas de água e, questões ambientais, não conseguiu dar o seu voto a favor. -----

Seguidamente interveio o membro da Assembleia Municipal, senhor Jorge Pisca (MIP), que referiu que aquela lei era um incentivo às micros e pequenas empresas, que eram um incentivo ao empreendedorismo, pois muitas vezes era numa adega ou garagem, que se iniciava uma atividade económica e, como o dinheiro era pouco e, a legalização das empresas era muito complicada. Recordou que em 2017 o distrito de Santarém foi o que mais teve exportações e, 86% dessas empresas eram micro e pequenas empresas, o que traduzia todo o esforço das mesmas, pelo que na sua opinião era meritório tentar legalizar aquelas empresas. Acrescentou que o PDM andava há muitos anos para ser revisto, o que dificultava as legalizações. -----

Interveio a seguir o membro da Assembleia Municipal, senhora Catarina Pinheiro (PS), que cumprimentou os presentes e, disse que lhe custava muito que as pessoas não perguntassem antes de fazer. Afirmou que era uma questão pedagógica, que tinham de tentar inverter porque viviam num país, em que aquela lei tinha sido criada para regularizar uma série de situações, que estavam em situação idêntica em todo o território, pelo que se questionava para que serviam instrumentos como o PDM e o PROT. Referiu que quem trazia dinheiro, tinha sempre interesse municipal, mas interessava mais que as pessoas quando tivessem uma ideia fossem à edilidade e perguntassem onde a poderiam implantar. Acrescentou que lhe era muito pesaroso estar constantemente a legalizar situações, que em termos ambientais originavam uma manta de retalhos. -----

De seguida tomou a palavra o membro da Assembleia Municipal, senhor José Freitas (CDU), que observou que a ideia que tinha sobre aquele procedimento era que, o mesmo só era possível, se existissem situações pré existentes ao PDM. -----

O membro da Assembleia Municipal, senhora Salete Marques (PS), que, no uso da palavra, observou



Handwritten signature or initials in the top right corner.

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que o que estava em causa não era apenas regularizar situações pré existentes, mas também uma autorização prévia para prevaricar de novo, porque estavam a pedir uma autorização para ultrapassar a área de construção permitida, pelo que também não se sentia confortável, em votar favoravelmente, aquele ponto. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu de a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que contextualizando referiu que, ao nível da revisão do PDM estavam a tentar enquadrar tudo o que era passível de enquadramento, ou seja, tinham feito um diagnóstico do que não estava legal e, estavam a fazer um esforço, onde fizesse sentido para regularizar, porque a alternativa era demolir habitações particulares e algumas empresas. Referiu que não podiam ter uma postura quase hipócrita de saber que estavam ilegais e, fingir que não viam, porque não havia a coragem de começar a demolir casas particulares, que eram muitas e, empresas que também eram algumas. -----

--- Acrescentou que aquele processo de regularização evitava que a empresa fosse demolida e, criava a oportunidade de poder cumprir legislação ambiental, pois as empresas só seriam licenciadas e regularizadas se cumprissem a legislação ambiental em vigor e funcionarem legalmente. O que estava a ser perguntado ao município era se queriam continuar a fingir que não via, ou beneficiar o infrator e tentar arranjar uma solução, daí o executivo camarário ter votado aquele ponto por unanimidade. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou findo o período de discussão do ponto e submeteu a votação a proposta apresentada. -----

➤ **A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta apresentada**, com dezasseis (16) votos a favor, seis (6) do PS, seis (6) PPD/PSD.NC, três (3) da CDU e um (1) do MIP, dois (2) votos contra sendo um (1) PS (senhora Catarina Pinheiro) e um (1) do BE e nove (9) abstenções, do PS (senhores Augusto Parreira, Gentil Duarte, Marco Rodrigues, Filipa Maltieiro, Hugo Vieira, Vera Maximiano, Salette Marques, Manuel Salgueiro e Délio Pereira). -----

3. QUINTA DA CABREIRA – REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 28.06.2011. -----

Proposta de Deliberação N.º 38/PC-PMR/2018 -----

“Considerando que:

Foi cedida para o domínio público municipal, no âmbito do processo de loteamento n.º 16/97 do qual resultou o alvará de loteamento 9/99, a área de 49.268,96 m², destinada a infraestruturas viárias, espaços verdes e equipamento, da qual fazia parte a área de 10.490,37 m² destinada a equipamento de utilização coletiva e identificada como parcela B.

A Assembleia Municipal deliberou, na sua sessão ordinária de 28.06.2011 e sob proposta da câmara municipal, a desafetação da parcela B do domínio público e a respetiva afetação ao domínio privado.

Tal deliberação foi tomada com vista a um determinado fim que se traduzia na implantação de uma unidade de cuidados continuados no município, pela entidade New Retail Saúde, SA. Contudo, praticamente sete anos volvidos tal situação não se concretizou, tendo inclusivamente a New Retail Saúde, SA sido, entretanto, dissolvida e encerrada (26.01.2016).

Ou seja, o fim que se procurou atingir com a deliberação da assembleia municipal não se concretizou nem se concretizará, dado que a empresa interessada em implantar a unidade de cuidados continuados já não existe.

A alteração da licença da operação de loteamento - com a subtração da parcela B do domínio público e incorporação no domínio privado, mantendo-se inalterada a sua finalidade de equipamento de utilização coletiva – que iria permitir que a parcela B pudesse ser registada matricial e predialmente, como é devido relativamente aos bens imóveis integrados no domínio privado, ainda não ocorreu.



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

29.

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dado que o fim visado e que justificou a alteração dominial não se concretizou nem concretizará, torna-se necessário revogar a mencionada deliberação da assembleia municipal, com a subsequente reintegração da parcela B no domínio público municipal.

Nos termos do n.º 1 do art.º 165 do Código do Procedimento Administrativo (doravante CPA) a revogação "é o ato administrativo que determina a cessação dos efeitos de outro ato, por razões de mérito, conveniência ou oportunidade".

É competente para revogar o ato, de acordo com o preceituado no n.º 2 do art.º 169.º do CPA, o seu autor.

Face ao exposto, tenho a honra de propor que a câmara municipal delibere – nos termos da al. ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I à Lei 73/2013, de 12 de setembro - propor à Assembleia Municipal que esta proceda - ao abrigo do n.º 2 do art.º 169.º e do n.º 1 do art.º 165.º, ambos do CPA conjugados com a al. q) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I à Lei 73/2013, de 12 de setembro - à revogação da deliberação tomada na sessão de 21/06/2011, respeitante à proposta de deliberação n.º 69/PC/2011.

A Assembleia Municipal delibera - ao abrigo do n.º 2 do art.º 169.º e do n.º 1 do art.º 165.º, ambos do CPA conjugados com a al. q) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I à Lei 73/2013, de 12 de setembro – revogar a deliberação tomada na sessão de 21/06/2011, respeitante à proposta de deliberação n.º 69/PC/2011.

O Presidente da Câmara,

Pedro Magalhães Ribeiro"

O senhor Presidente da Assembleia Municipal fez a apresentação do ponto e, declarou aberta a discussão, após o que deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor José Freitas (CDU), que referiu que a sua bancada iria votar favoravelmente, no entanto observou que a documentação anexa àquele ponto mereciam alguma reflexão, pois representavam o que não se deveria fazer, aquele era um exemplo acabado de um filme de terror. Perguntou que projeto teria sido apresentado à Câmara, tinha sido apenas uma carta de intenções?! Se existiu um projeto não estava quantificado, valorizado, não havia qualquer informação. Sobre a idoneidade da empresa que se tinha proposto a executar o projeto, as respostas eram em branco; e sobre a sua capacidade financeira também não existia informação. Concluiu que aquele era um retrato para refletirem sobre as suas responsabilidades, da câmara quando propunha à assembleia e, dos deputados municipais quando com base numa informação como aquela, manifestamente insuficiente, eram levados a votar porque confiavam em quem tinha apresentado a proposta. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal sem registo de mais interessados em intervir, submeteu a votação a proposta apresentada no ponto. -----

➤ **A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, com vinte e sete (27) votos a favor, sendo dezasseis (16) do PS, seis (6) do PPD/PSD.NC, três (3) da CDU, um (1) do BE e um (1) do MIP.** -----

4. 7.ª ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DO CARTAXO (PDMC) – RERAE II - RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS DA DISCUSSÃO PÚBLICA E APROVAÇÃO. -----

Proposta de Deliberação N.º 7/IV-PN/2018 -----

"Considerando que:

1. *A proposta da 7.ª Alteração do PDM do Cartaxo – RERAE II esteve em Discussão Pública por um período de 15 dias, o qual decorreu entre 29 de janeiro e 16 de fevereiro de 2018, dando cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 89.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - RJIGT publicado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, conjugado com o n.º 2 do artigo 12.º do Regime Excecional de*



Handwritten signature

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Regularização de Atividades Económicas, publicado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, na sua redação atual;

2. *Durante o referido período não foram recebidas quaisquer reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento apresentados por interessados, conforme o teor da Nota Interna n.º 8/2018 DPAU PT, de 2018/04/06 (em anexo);*
3. *Na sequência do período de discussão pública não há lugar a qualquer alteração à versão da proposta apresentada, podendo a mesma constituir a versão final a submeter a aprovação (em anexo).*

Tenho a honra de propor que:

1. **Que a Câmara Municipal delibere determinar a divulgação dos resultados da discussão pública da proposta da 7.ª Alteração do Plano Diretor Municipal do Cartaxo – RERAE II de acordo com o n.º 6 do artigo 89.º em articulação com o artigo 192.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, devendo a mesma ser publicitada através do sítio da internet do município;**
2. **A Câmara delibere submeter a proposta da 7.ª Alteração do Plano Diretor Municipal do Cartaxo – RERAE II, à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 90.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) – Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio;**
3. **A Assembleia Municipal delibere, de acordo com o mesmo preceituado legal, aprovar a 7.ª Alteração do Plano Diretor Municipal do Cartaxo – RERAE II.**

“A Assembleia Municipal delibera, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 90.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) – Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, aprovar a 7.ª Alteração do PDM – RERAE II”

O Vereador,
Pedro Nobre”

O senhor Presidente da Assembleia Municipal fez a apresentação do ponto e declarou aberto o período destinado ao registo de interessados em participar na discussão do ponto, dando previamente a palavra ao senhor Vereador Pedro Nobre, para os esclarecimentos julgados convenientes sobre a matéria. -----

Na posse da palavra, o senhor Vereador Pedro Nobre começou por esclarecer que a proposta era consubstanciada em duas situações: a primeira dar continuidade do processo de RERAE de 4 empresas e, concluir o processo de alteração da 7.ª alteração do PDM, após o período de discussão pública. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor José Augusto Jesus (PPD/PSD.NC), que solicitou a previsão que o executivo tinha para a publicação do novo PDM em Diário da República. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, na posse da palavra, informou o senhor José Augusto Jesus que o processo do PDM tinha sido entregue na CCDR, há sensivelmente um ano, no que dependia da câmara de formular a sua proposta, no entanto não poderia arriscar responder ao que tinha questionado, porque não dependia da câmara. Estavam a ser realizadas as rondas negociais entidade a entidade, cerca de 18 entidades pronunciavam-se de forma vinculativa, portanto não iria cometer a imprudência de dar uma resposta, que não conhecia. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a votação a proposta apresentada no ponto número quatro. -----

➤ **A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta apresentada, com vinte e seis (26) votos a favor, sendo quinze (15) do PS, seis (6) do PPD/PSD.NC, três (3) da CDU, um (1) do BE e um (1) do MIP**



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e uma (1) abstenção, do PS (senhora Catarina Pinheiro). -----

5. 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2018, DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ARTIGO 29.º DA LEI GERAL DO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (LGTFP), APROVADA PELA LEI N.º 35/2014, DE 20 DE JUNHO, NA REDAÇÃO VIGENTE E ARTIGO 3.º DO DECRETO-LEI N.º 209/2009, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. -----

Proposta de Deliberação N.º 29/VP-FA/2018 -----

“Considerando que:

A elaboração do mapa de pessoal para 2018 decorreu nos meses de outubro e novembro de 2017, tendo sido aprovado na sessão da assembleia municipal de 28 de dezembro de 2017. Neste documento previsional, foram considerados os postos de trabalho que se previam ser necessários e possíveis, dentro do quadro financeiro em que o Município do Cartaxo se encontrava, para fazer face às atividades que se consideraram ser prementes desenvolver no presente ano. Passados alguns meses de vigência do documento, verificou-se a necessidade de proceder a algumas alterações, decorrentes:

- da possibilidade que a Lei do Orçamento de Estado para 2018 passou a contemplar sobre as promoções nas carreiras, com o fim dos congelamentos que se têm verificado desde o ano de 2011, considerando para o efeito a criação de dois postos de trabalho na categoria de subchefe e dois postos de trabalho na categoria de bombeiro de 1.ª classe, da carreira de bombeiro municipal;*
- da possibilidade de gestão dos recursos humanos, através da figura da mobilidade na categoria, prevista na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 24-06, na redação vigente, ao permitir que o trabalhador em funções públicas ocupe um outro posto de trabalho com uma atividade diferente da que desenvolve no posto de trabalho de origem;*
- do reconhecimento, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, que o posto de trabalho que se identifica, através da informação n.º 24/2018, de 2-03, da área de educação e juventude da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social do Município do Cartaxo, corresponde a necessidades permanentes dos serviços;*
- do reconhecimento que a formação académica nas áreas do desporto e da educação física, se enquadram na formação académica superior adequada nas áreas do conhecimento, que se consideram aptas para o exercício da atividade, referente ao posto de trabalho do técnico superior de desporto, que se encontra por preencher no mapa de pessoal de 2018, fazendo desaparecer a menção a “treino desportivo”, substituindo-o por aquelas áreas mais abrangentes.*

O quadro infra resume as necessidades de alteração dos postos de trabalho, no mapa de pessoal de 2018:



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2018

(Lei n.º 35/2014, de 20-06 e artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro)

ANEXO I

1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2018 (Lei n.º 35/2014, de 20-06 e artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro) ANEXO I				Relação Jurídica			
				Contrato por tempo indeterminado			
Atribuições/Competências/ Actividades (de acordo com o regulamento dos serviços municipais)	Cargo/Carreira	Categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Alteração	Postos de trabalho		
				P	AP	T	
0102 - SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL							
BOMBEIROS MUNICIPAIS							
Bombeiro	Bombeiro Municipal	Subchefe		+ 2	-	2	2
		Bombeiro 1.ª classe		+ 2	4	2	6
05 - DIVISÃO DE AMBIENTE, OBRAS E EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS							
SUBÁREA OBRAS E EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS							
Serviços Gerais	Assistente operacional	Assistente operacional		- 1	5	-	4
Serralheiro Civil	Assistente operacional	Assistente operacional		+ 1	2	1	3
06 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL							
ÁREA DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE							
Nutricionista*	Técnico superior	Técnico superior	Ciências da Nutrição e Cédula Profissional	+ 1	-	1	1
ÁREA DE DESPORTO							
Desportiva	Técnico superior	Técnico superior	Desporto	- 3	-	-	-
Desportiva	Técnico superior	Técnico superior	Treino Desportivo	- 1	-	-	-
Desporto	Técnico superior	Técnico superior	Desporto ou Educação Física	+ 4	3	1	4

* Posto de trabalho criado ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários - Lei n.º 112/2017, 29-12

Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na redação vigente, os mapas de pessoal, a que se refere a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), são aprovados, mantidos ou alterados, pela Assembleia Municipal.

Para o efeito, esta proposta de deliberação é acompanhada de documento de cabimento de verbas, necessárias ao provimento dos novos postos de trabalho de subchefe, de bombeiro de 1.ª classe e de técnico superior (nutricionista), no mapa de pessoal. Nos restantes postos de trabalho as verbas já existem em orçamento.

No uso da competência da alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação vigente, que me foi delegada pelo Despacho n.º 11/2017/PC-PMR, de 17-10, tenho a honra de propor que:

- a Câmara Municipal delibere, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12-09, na redação vigente, submeter a presente alteração ao mapa de pessoal para o ano de 2018, que consta do quadro inserto nesta proposta de deliberação, ao órgão deliberativo do Município, para efeitos da sua aprovação, nos termos da legislação acima referida.
- A Assembleia Municipal delibere, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação, aprovar a alteração ao mapa de pessoal do ano de 2018, com a inclusão os postos de trabalho constantes no ANEXO I.

O Vice - Presidente da Câmara Municipal,
Fernando Manuel da Silva Amorim"



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou o ponto e deu a palavra ao senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal que, esclareceu que se aquela alteração de dividia em 4 factos: uma regularização no comando do corpo de bombeiros, com a abertura de lugares de sub-chefe e bombeiro de 1.ª classe; o segundo facto consistia na alteração de posição de um trabalhador de assistente operacional dos serviços gerais para serralheiro civil; uma abertura de lugar para técnico superior nutricionista e, na área do desporto a correção na área de formação de técnico superior de desporto e treino desportivo, para desporto ou educação física. Acrescentou que o mapa de pessoal iria ser reformulado ao longo do mandato, com a descrição dos postos de trabalho, para de uma forma mais fácil identificar e gerir o mapa de pessoal consoante as necessidades. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período destinado à apreciação do tema; não tendo registo de mais interessados em intervir, submeteu a votação a proposta apresentada. ---

➤ A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, com vinte e sete (27) votos a favor, sendo dezasseis (16) do PS, seis (6) do PPD/PSD.NC, três (3) da CDU, um (1) do BE e um (1) do MIP. -----

6. CANDIDATURA DE “MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA”. -----

Proposta de Deliberação N.º 90/PC-PMR/2017 -----

“Considerando que:

Determina o n.º 1 do art.º 86.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a aplicação do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 março, e da Lei 2/2007, de 15 de janeiro, aos planos de ajustamento previstos na Lei 43/2012, de 28 de agosto.

De acordo com a alínea a) do n.º 1 do art.º 12.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, o acompanhamento do PAEL é efetuado pela Assembleia Municipal, trimestralmente, através de informação prestada pela Câmara Municipal a qual integra obrigatoriamente a avaliação do grau de execução dos objetivos previstos no plano de ajustamento, bem como qualquer outra informação considerada pertinente.

Face ao exposto proponho à Câmara Municipal que delibere remeter à Assembleia Municipal, para apreciação, o relatório do 3.º trimestre de 2016 sobre a execução do Plano de Ajustamento Financeiro – componente do PAEL.

Que a Assembleia Municipal aprecie o relatório do 3.º trimestre de 2016 sobre a execução Plano de Ajustamento Financeiro – componente do PAEL

O Presidente da Câmara

Pedro Magalhães Ribeiro”

O senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou o ponto e deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que partilhou que aquele tinha sido um processo trabalhado ao nível da comunidade intermunicipal, muito complexo, pelo que a esmagadora maioria dos municípios não iria cumprir o prazo e, tinha saído há poucos dias uma prorrogação do prazo até 28 de dezembro. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período destinado à apreciação do tema, dando a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Pedro Mesquita Lopes (PPD/PSD.NC), que referiu que uma vez que na proposta de deliberação estava mencionado, que substituição das luminárias iria permitir a redução de consumos em cerca de 50%, assim o consumo anual espetável baixaria em aproximadamente 90 mil euros. Recordou que na discussão do orçamento nos



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

encargos/instalações estavam contemplados 962 mil euros, pelo que questionou se a diferença entre os 180 mil euros, para os 962 mil euros seria o gasto em água na câmara municipal. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal que esclareceu que das 7960 luminárias existentes só seriam substituídas 2980, daí a poupança ser 50% sobre aquele número. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor José Augusto Jesus (PPD/PSD.NC), que perguntou se a poupança efetuada com aquela candidatura seria aplicada na recuperação da rede viária. -----

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal informou que aquele valor iria constituir dívida pública fundada, ou seja, o dinheiro do investimento teria de ser reembolsado, 70% da poupança seria para pagar o investimento, pelo que tinha de ter uma autorização do FAM, que constava dos documentos distribuídos para fazer aquele financiamento, apesar da taxa de juro zero. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Jorge Pisca (MIP), que questionou se das 2900 luminárias algumas seriam distribuídas pelas freguesias. -----

O senhor Presidente Câmara Municipal que respondeu que sim naquele pacote, mas que iria haver um outro em que a experiência iria ser acima de tudo Cartaxo e Valada. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Gentil Duarte (PS), que perguntou quais os critérios de comparticipação, a nível das candidaturas de eficiência energética, pois na lezíria do tejo o valor reembolsável era de quase 8 milhões de euros, enquanto no caso do Alentejo a parte mais significativa era não reembolsável; havia uma discriminação positiva, que seria explicável por alguma negociação ou enquadramento. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que iria apurar a resposta e fazê-la chegar ao senhor Gentil Duarte. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal não tendo registado mais interessados em intervir, submeteu a votação a proposta apresentada. -----

➤ A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, com vinte e sete (27) votos a favor, sendo dezasseis (16) do PS, seis (6) do PPD/PSD.NC, três (3) da CDU, um (1) do BE e um (1) do MIP. -----

7. 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2018. -----

Proposta de Deliberação N.º 30/VP-FA/2018 -----

"Considerando que:

A anualidade do orçamento consagrada no ponto 3.1 do POCAL implica o seu início de vigência em 1 de janeiro, principiando nessa data, a sua execução, com a cobrança de receitas e de pagamentos de despesas.

A elaboração do orçamento é norteada pelos princípios e regras preconizados no POCAL e restante legislação, procurando-se acautelar o melhor possível as previsões das receitas a cobrar e das despesas a efetuar, mas só a execução do orçamento retratará a realidade do evoluir da situação financeira da autarquia.

O ponto 8.3.1.2 das considerações técnicas do POCAL prevê a possibilidade de, sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais, para ocorrer a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas que o orçamento pode ser objeto de revisões e alterações.



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

Handwritten signature

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações.

A abertura de novas rubricas orçamentais, a incorporação do saldo do exercício anterior, a diminuição do orçamento da receita, a retificação às dotações orçamentais da despesa e de ações das GOP's, com diminuição ou anulação das mesmas deve acontecer via revisão orçamental (ponto 8.3.1.4 do POCAL).

Assim, com base nos considerandos acima vertidos, tenho a honra de propor que:

A Câmara Municipal delibere, de acordo com o disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, elaborar e submeter a 1ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano à aprovação da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal delibere aprovar, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a 1ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal,

(no uso de competências delegadas por despacho n.º 11/2017/PC-PMR, de 16 de outubro de 2017)

Fernando Manuel da Silva Amorim"

O senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou o ponto e deu a palavra ao senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que esclareceu que aquela revisão era a integração do saldo de gerência de 2016 no orçamento de 2017. Salientou que, como procuravam um orçamento mais sustentável e equilibrado, atribuíram parte do valor 694 mil euros a despesa e, o restante para reduzir receita, ou seja, para aproximar o orçamento à realidade do município e, para isso apenas iriam necessitar de carregar no orçamento 694 mil euros. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período para registo dos interessados em intervir na discussão da proposta apresentada; não havendo registo de interessados, colocou a votação a proposta apresentada.-----

➤ A Assembleia Municipal por maioria, aprovar a proposta apresentada, com vinte (20) votos a favor, sendo dezasseis (16) do PS, dois (2) da CDU e um (1) do MIP e um (1) do BE e seis (6) abstenções do PPD/PSD.NC.-

8. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2017. -----

Proposta de Deliberação N.º 44/PC-PMR/2018 -----

"Considerando que:

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual define como documentos de prestação de contas o balanço, a demonstração de resultados, os mapas de execução orçamental, os anexos às demonstrações financeiras, o relatório de gestão e outros que a autarquia considere relevantes para a sua gestão.

No uso das competências determinadas pelo disposto na alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º conjugado com a alínea l) do n.º 2 do art.º 25º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deve, legalmente o Executivo Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas, devendo submete-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

Assim tenho a honra de propor que a Câmara Municipal elabore e aprove os documentos de prestação de contas do exercício do ano 2017 e os submeta à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Que a assembleia municipal aprecie e vote, os documentos de prestação de contas do exercício de 2017, nos termos do disposto na alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pedro Miguel Magalhães Ribeiro

O senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou o ponto e deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que a partir do púlpito se dirigiu à Assembleia Municipal. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra, como nota prévia endereçou uma palavra de gratidão a todas e todos os trabalhadores do Município, que tinham ajudado a realizar um ano difícil, como o de 2017 e, com resultados bastante positivos. Um segunda palavra endereçada à equipa da área da contabilidade, bastante desfalcada e, ainda assim tinham trabalhado arduamente, para terem ali o documento da prestação de contas. Uma palavra política para o senhor Vice-Presidente que tinha conduzido os trabalhos do relatório de contas, que fechava um ciclo de mandato autárquico, em que tinham conseguido inverter uma curva bastante descendente e, talvez por isso, quando sufragados nas últimas eleições tinham merecido um reforço da confiança, dos que representavam. -----

--- Referiu que as contas agora apresentadas, eram resultantes do orçamento para 2017 aprovado em dezembro de 2016, sem votos contra da Assembleia Municipal, portanto se foi aprovado sem qualquer tipo de voto contra, significava que aquele órgão tinha conseguido rever-se nos pontos apresentados. Uma vez que o orçamento tinha tido uma taxa de execução de 89%, correspondia ao voto de confiança que a Assembleia tinha demonstrado ao não votarem contra. -----

--- Recordou que o ponto de partida do mandato anterior era apenas, o pior do país. Em 2013 o concelho do Cartaxo apresentava a taxa mais baixa de execução orçamental, cerca de 21%. Atualmente estavam entre os municípios com maior taxa de execução, nos 89%. Fazendo o balanço 2013-2017, no anterior ciclo tinham perdido 48 trabalhadores. Ao nível dos acidentes de trabalho tinham tido um ligeiro aumento, o que os obrigava a pensar em medidas para implementar, na prevenção dos acidentes, que tinha principal incidência na corporação de bombeiros. Transmitiu que com a perda de 48 colaboradores, obviamente que as horas extraordinárias tinham crescido, passaram de 23441, para 33504, um agravamento de cerca de 2 mil euros, no respeito pelo compromisso assumido, de que nenhum cidadão, empresa ou instituição, ficaria sem auxílio por uma questão de pagamento de horas extraordinárias. Acrescentou que, em 2013 havia uma taxa de absentismo de 11,3 % e agora de 10,3 %, contudo, este ainda é um valor alto que o executivo tem que trabalhar. -----

--- Ao nível dos custos com o pessoal houve uma diminuição de 7,3 milhões de euros (2013) para 6,2 milhões de euros (2017). -----

--- Ao nível da prestação de contas e indicadores financeiros, em relação à análise patrimonial, houve um conjunto de indicadores bastante positivos; em relação ao passivo total referiu que, com as contas consolidadas da RUMO 2020, houve uma baixa de 93,6 milhões de euros para 87,5 milhões de euros; outro indicador era o passivo exigível, que tinha diminuído de 54,1 milhões de euros para 51,3 milhões de euros; ao nível de fundos próprios tinham começado com uma base de 14 e terminaram com uma base de 14,2, apesar de negativo, um excelente resultado face à incorporação dos custos inerentes à liquidação da RUMO. -----

--- O ativo fixo, mesmo em clima de contenção de despesa, reflete ainda assim os investimentos que a C.M.C. conseguiu concretizar durante o ano de 2017. Salientou que os custos e os proveitos operacionais que estavam em grande desequilíbrio em 2013, estão a caminhar para uma situação de equilíbrio. Realçou que o resultado líquido melhorou em 3,2 milhões de euros. Ao nível de tesouraria também melhorou



EG.

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

significativamente, pois passou de 85 mil euros negativos para mais de 3,5 milhões de euros positivos. ---
--- Em relação à análise orçamental sublinhou que este executivo herdou a pior taxa de execução orçamental do país, naquilo que traduzia o anuário financeiro, ou seja, em cerca de 21%, e acabou 2017 nos 89%. Quanto à receita fiscal sublinhou o aumento do IMT e da derrama e a diminuição do IMI. Ao nível da despesa realçou, que o que estava refletido no relatório de contas era despesa paga, a reestruturação financeira (O Processo FAM traduz aquilo que foi a evolução dentro dos passivos financeiros); a dívida transitada de 705 mil euros (redução acima dos 28 milhões de euros); os indicadores de rotura financeira (A câmara começou nos 486% e vai nos 394% para chegar aos 150% em 2037, para cumprir o FAM); alteração substancial dos fundos disponíveis (em outubro de 2017, andava nos 55 milhões de euros negativos e em 2017 nos 237 mil euros, contudo, a partir do dia 10 de janeiro do corrente ano, a câmara passou a ter fundos disponíveis positivos.); o prazo médio de pagamentos houve uma diminuição de 343 dias; os pagamentos em atraso com mais de 90 dias passou de 22,9 milhões de euros para os 351 mil euros, pelo que houve uma diminuição de 22,6 milhões de euros. -----

--- Como nota final observou que, nada seria possível sem o PAEL e sem FAM; nada seria possível sem o árduo trabalho de negociação do anterior executivo, com fornecedores, entidades bancárias, com as estruturas que coordenavam o FAM e o PAEL; sublinhou que nada tinha sido dado a fundo perdido e que, tinha de se pagar. Acrescentou que aquele era um resultado animador, mas com sentido de responsabilidade, pois os desafios para o futuro não eram menores, seriam sim cada vez maiores, porque a fatura até 2037 era grande, por isso, o desafio de todos os autarcas era participar de forma construtiva, na construção do orçamento, com coragem para definir o que era prioritário, o que era mais urgente. -----

--- Por fim disse que o executivo entendia que aquele era o caminho certo para o Município e, partia sempre do princípio que, era possível gerir ainda com mais critério e com mais rigor. Era assim que queria prosseguir e era naquele caminho que acreditava que os concidadãos chamados a pronunciarem-se em outubro do ano passado, conferiram e reforçaram o seu voto de confiança para o executivo prosseguir este caminho. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal a pedido do senhor Presidente de Câmara, deu a palavra ao **senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal**. -----

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, referiu que iria apenas completar com uma apresentação em power point o que o senhor Presidente da Câmara havia dito. -----

--- De seguida apresentou a prestação de contas e começou por referir que, o executivo olhava aquele relatório como um fim de ciclo, ou seja, imaginou uma curva descendente e tentou estabilizá-la e até fazê-la subir um pouco para a realidade municipal. Disse ainda que, estes dados devem ser analisados com base nas contas consolidadas, uma vez que as demonstrações do ano de 2017 já não têm a RUMO 2020.

--- Referiu que a nível de balanço social, a câmara tinha 366 funcionários e que, neste momento, o quadro de pessoal tinha 318 funcionários. No ano de 2017, o quadro de pessoal, reduziu 16 pessoas. -----

--- Salientou que a média de idades dos funcionários é de 55.5 anos o que explica a taxa de absentismo elevada, devido às doenças. Referiu que o sexo feminino continua a dominar as categorias de técnicos superiores e de assistentes técnicos. Em relação à formação académica, referiu que não existe nenhum doutorado, há 4 mestrados, 51 licenciaturas e uma grande faixa de 9.º ano para trás. -----

--- Referiu que, apesar do tempo de não trabalho ter reduzido um pouco este ano, o número ainda é de



29

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

8278 dias, o que significa, em média, menos 33 trabalhadores no quadro ao longo do ano. Este facto revela também algum custo em horas extraordinárias. As grandes três áreas que motivam as ausências existentes são: doenças; acidentes de trabalho; proteção de parentalidade. -----

--- Os acidentes de trabalho apesar de terem reduzido um pouco este ano, é uma área que preocupa o executivo, que pretende fazer algo para reduzir este indicador. O maior número de acidentes de trabalho verifica-se nos Bombeiros Municipais, Educação e Juventude, Cultura e Apoio Geral. -----

--- Em termos de horas extraordinárias, o Município no ano de 2017 pagou 33.504 horas extra, o que significa 4786 dias e um valor de 194 mil euros. Estes valores equivalem a 19 postos de trabalho que o Município, no mínimo, deveria ter para compensar estas horas extraordinárias. -----

--- Sobre os custos com o Mapa de pessoal, disse que pela primeira vez, desde 2006, o Município do Cartaxo transitou no orçamento para o ano de 2018, apenas, com uma dívida de 63,00 euros, na rubrica 01 das dívidas com o pessoal. -----

--- Em termos de indicadores do balanço social referiu que, o sexo feminino representa 57% contra 33%; a taxa dos técnicos superiores e dos assistentes técnicos tem vindo a crescer, logo a massa salarial tem tendência a subir; a nível médio etário é de 55,5, o nível de envelhecimento tem vindo a subir; a taxa de absentismo, comparativamente ao ano de 2016 desceu, no entanto, continua a ser alta face à média dos restantes municípios. -----

--- Em relação à análise do passivo total na conta patrimonial, referiu que no ano de 2013 era de 93 milhões de euros e em 2017 passou para 87 milhões de euros. Esta situação tem em conta a consolidação das contas da RUMO 2020. -----

--- As dívidas de empréstimos e as dívidas a fornecedores no ano de 2017 reduziram, passou de 54.18 milhões de euros para 51.34 milhões de euros. É notório o efeito da restauração da dívida, pois a câmara deixa de ter dívida a curto prazo e passou a ter dívida a médio e longo prazo. Ainda em relação à análise patrimonial, referiu que a evolução dos fundos próprios apesar de serem negativos estão equivalentes a 2013. -----

--- Em relação ao ativo circulante disse que este foi corrigido, pois havia uma quantidade de ativos "tóxicos" que existiam no balanço, nomeadamente o campo da feira e as participações da Ota. Sobre o ativo fixo referiu que tem havido algum investimento, apesar de poucos recursos, nomeadamente no património, bens, bens de domínio público, bens do domínio privado municipal, equipamento. -----

--- Nos custos e proveitos, salientou que durante muitos anos, os custos foram sempre superiores aos proveitos operacionais, contudo em 2016 esta tendência inverteu-se e em 2017 está, praticamente, no ponto zero, ou seja, a receita da operação paga a operação. Este é um bom indicador, pois dá uma sustentabilidade a nível de resultados líquidos, contrariamente ao passado em que estes resultados líquidos eram "mascarados" pelos resultados extraordinários. Numa situação sustentável os proveitos operacionais têm de ser sempre superiores aos custos operacionais. De 2011 até 2014 o Município nunca teve resultados positivos, só a partir de 2015. -----

--- Em termos de *cash flow* cash, ou seja, os meios libertos que o Município consegue gerar tem vindo a subir, facto que justifica a diminuição da dívida a curto prazo e a redução do prazo médio de pagamento. -

--- Sobre a análise orçamental, nomeadamente na evolução da receita, salientou a diminuição da receita efetiva contrariamente à receita fiscal que subiu um pouco, contudo este aumento não foi à custa do IMI,



1
19.

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pois este foi o único imposto que baixou no Município, pois passou de 3,12 milhões de euros para 2,85 milhões de euros. Subiu à custa da derrama e do IMT, fruto do mercado imobiliário e empresarial que também mostrou alguma evolução. -----

--- Em termos de evolução de despesa, referiu que a despesa paga aumentou por causa do dinheiro que veio dos passivos financeiros (empréstimos), que permite alavancar o pagamento desta despesa que vem de anos anteriores, nomeadamente juros e despesa primária com a regularização de dívidas que estavam cobertas pelo programa do FAM (despesa com o pessoal e de aquisição de bens e serviços). -----

--- Referiu que estava previsto o FAM entrar no 4.º trimestre de 2016, contudo a aprovação do 1.º trimestre foi em março de 2017 e a libertação da primeira tranche já foi no 2.º trimestre de 2017. Foram quase sete meses de atraso relativamente ao PAM e esta situação também teve um peso e um efeito financeiro bastante significativo, nomeadamente de juros do incumprimento, que justifica, pelo menos, a diferença entre o executado e o previsto no saldo de 486 mil euros que representa 117 mil euros. A câmara recebeu há pouco tempo a 4.º tranche que devia de ter sido recebida no 3.º trimestre de 2017. Este desfasamento temporal que causa encargos financeiros. O previsto no FAM era uma receita de 84 milhões de euros e foi executado 81 milhões de euros, contudo comparativamente na despesa, estava previsto gastar 83 milhões de euros e apenas foi gasto 80 mil euros. Portanto, há uma compensação nos saldos acumulados, ou seja, estava previsto um milhão trezentos e oitenta e oito euros e temos 920 mil euros, o que dá em termos de execução total do FAM 469 mil euros, sendo 117 mil euros de encargos. -----

--- O ano de 2017 marcou uma viragem, o serviço da dívida caiu de forma significativa relativamente ao que se passava anteriormente. Em relação à questão do endividamento referiu que este estava em 486% e, que neste momento, está em 394%. -----

--- A poupança corrente foi negativa em 5.548.562,17 euros, mas em contrapartida, a poupança de capital foi positiva, ou seja, o balanceamento destas duas variáveis permitia quase o equilíbrio orçamental. Contudo, esta situação não veio a acontecer porque o capital foi utilizado para pagar despesa corrente e aumentando a despesa diminui e prejudica a poupança corrente. O valor dos fundos disponíveis estava em 237 mil euros, ou seja, houve uma melhoria de 35.76 milhões de euros. Pela primeira vez, em termos de execução orçamental e cumprindo o indicador da Lei onde consta que, pelo menos 85% do orçamento tem de ser executado, a câmara encerrou o ano de 2017 com 89,89%, sendo que, em 2013 a execução orçamental estava nos 21%. O prazo médio de pagamentos passou de 373 para 30 dias, uma redução de 343 dias. Os pagamentos em atraso com mais de 90 dias, passaram de 22.948 milhões de euros para os 351.278 mil euros. -----

--- Concluiu alertando para que a situação do Município era difícil, mas estava mais sustentável e, o novo ciclo era para dar continuidade à sustentabilidade da operacionalidade do Município e, sobretudo reduzir a dívida e cumprir com os compromissos de forma responsável, nomeadamente na liquidação do compromisso com o FAM. -----

PROPOSTA DE PROLONGAMENTO DA SESSÃO PARA ALÉM DAS VINTE E QUATRO HORAS. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, com a chegada das vinte e quatro horas e conforme previsto no Regimento, propôs e submeteu a votação o prolongamento da sessão para além daquela hora.



2
EG.

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o prolongamento da sessão para além das vinte e quatro horas. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período destinado à apreciação do tema, e deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Pedro Mesquita Lopes (PPD/PSD.NC), que disse perceber o esforço feito nos últimos quatro anos, mas custava-lhe votar a favor porque era o benefício do infrator, pois todos os problemas que a câmara municipal, apesar de não ter sido aquele executivo, mas foi o Partido Socialista que criou toda aquela situação. No seu entendimento votar a favor era o benefício do infrator, o Partido Socialista. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Francisco Colaço (BE), que agradeceu a apresentação efetuado e, afirmou que não se podia negar que o Município estava em má situação, a responsabilidade era de todos, não só nas críticas como também a encontrar soluções. No entanto o Partido Socialista, como estrutura coletiva, não podia enjeitar responsabilidades. Demonstrou a sua perplexidade pois, tinha sido possível deixar o Município naquele estado, fazendo parte de um coletivo e, estavam ali algumas pessoas daquele mandato. A postura crítica das pessoas tinham deixado chegar o Município ao estado atual; não havendo condenações por gestão danosa e, o município estar numa situação afritiva financeiramente até 2037. Observou que numa democracia e, com tanta massa crítica permitiu-se que, um megalómano e incompetente tivesse deixado o Município naquele estado, que era previsível. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Gentil Duarte (PS), que esclareceu que o partido era democrático e, que a maioria dos eleitos do Partido Socialista agora, não tinham responsabilidades porque não estavam na altura dos acontecimentos, mas foram tentando afirmar as suas ideias até que a equipa em 2013 tinha chegado ao poder, com um programa que estavam a procurar cumprir, o que não os eximia das responsabilidades dos anteriores. Julgou que não tinham desiludido os que tinham votado no Partido, pois em 2017 tinham voltado a ser eleitos e, até de uma forma vinda. -----

--- Relativamente à dívida referiu que, só era permitida a renegociação se tivessem credibilidade, dando garantias que tinham condições para pagar a dívida até 2037, porque de contrário não lhes tinha sido permitido aceder ao FAM. Expressou que, de alguma forma concordava com a referência a "gestão danosa", mas lembrou que os documentos foram entregues para inspeção e, que aguardavam respostas das entidades competentes. -----

--- Prosseguiu saudando o executivo pelo trabalho apresentado e, particularmente o senhor Vice-Presidente e, salientou alguns pontos que reforçavam a importância da credibilidade alcançada: a redução da dívida, menos 6 milhões face a 2013; a redução do prazo médio de pagamentos; a execução orçamental nos 89%, o resultado líquido positivo; o aumento do IMT e derrama, que sendo impostos ligados à atividade económica, demonstrava um maior investimento no concelho. -----

--- Finalizou ressaltando que, apesar da idade média dos trabalhadores do município, o absentismo reduziu e, sugeriu atenção redobrada para os acidentes de trabalho, pois existia espaço de melhoria. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor José Augusto Jesus (PPD/PSD.NC), que disse que, um orçamento não se reduzia a recuperar



Handwritten signature and initials.

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estradas e, substituir tetos de amianto, pois assim, teria o seu voto favorável. Referiu que até 2046 o PSD nunca esqueceria a herança, que o senhor Presidente teve em 2013 e, que era um facto que não tinha sido tudo feito entre 2011 e 2013, mas de facto tinha sido o PS a fazê-lo, com outros responsáveis, mas tinha sido o PS, era a verdade. Afirmou que, o caminho que estava a ser feito e, que era definitivo tinha agravado a situação do município, era óbvio que não, mas também tinham uma série de condicionantes, que obrigavam o município, que não existiam noutra altura, porque se elas existissem não tinham chegado à atual situação. Disse que, tinha a honestidade de reconhecer, que não lhe parecia que existisse gestão danosa no município agora, mas já tinha existido e, por elementos do PS. Houve escolhas políticas que, condicionam hoje e, irão condicionar até 2046, apesar do reequilíbrio orçamental acontecer em 2037. -----

--- Observou que o Cartaxo não estava pior, mas o grau de exigência continuava a ser muito baixo e, acrescentou que perante a apresentação daqueles documentos tiravam as consequências e ilações políticas, portanto gostaria que o Cartaxo estivesse um pouco melhor. Salientou que, quando votavam contra o orçamento, não era por serem contra a pintura de estradas e reabilitação de tetos com amianto, mas porque viam poucas políticas de desenvolvimento para o concelho. Afirmou que acompanhavam os cumprimentos aos trabalhadores do município; percebiam a clareza da apresentação das contas; percebiam o rigor que o senhor Vice-Presidente colocava naquelas questões. Solicitou explicação sobre se era ou não verdade que as despesas correntes foram superiores às receitas correntes; as despesas correntes de 2017 eram superiores às despesas correntes 2016; as receitas correntes de 2017 eram inferiores às receitas correntes 2016? -----

--- Questionou ainda sobre o valor de cerca de 875 mil euros, presente no mapa de recebimentos em atraso, se era um valor normal, uma vez que existia dívida já com muitos anos, se haveria expectativa de receber aquele valor. Sobre o IMI disse que as receitas tinham diminuído e, era expectável que tivessem sido superiores, porquê? Relativamente aos acordos de execução verificou que existiam valores, que não foram executados, pelo que perguntou se aqueles valores eram devidos às juntas de freguesia, ou se não. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, para respostas às questões formuladas. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, relativamente às considerações do senhor Pedro Mesquita Lopes disse que não iria repetir o reconhecimento público, que todos já haviam feito sobre as responsabilidades, que assumiam em nome do Partido Socialista. Clarificou que não reconhecia ao deputado Pedro Mesquita Lopes qualquer condição moral, para analisar a sua educação mas, sabia que estando na política há 20 anos, não se lembrava de uma campanha eleitoral tão suja e com ações difamatórias quase diárias, como a que tinha decorrido nas últimas autárquicas. Afirmou que não tinha posições públicas mal-educadas ou insultuosas, difamatória ou ofensiva, para quem quer que fosse nos seus 20 anos de vida pública e política no Cartaxo. Orgulhava-se disso e de em todas as forças políticas conseguir alimentar e fomentar sempre, relações cordiais, independentemente, das divergências.-----

--- Prosseguiu transmitindo que todas as propostas apresentadas pelo PSD para o orçamento de 2018, quer as apresentadas em reunião de direito à oposição, quer as apresentadas em Assembleia Municipal, tinham sido contempladas no documento, mas também não encontrava nas propostas grandes políticas de investimento e, por isso, a sua surpresa pelo voto contra no orçamento de 2018. Referiu que o ponto principal em cada ano era a aprovação do orçamento municipal e grandes opções do plano e, era naquele



Handwritten signature and initials.

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ponto, que no seu entendimento podiam fazer a diferença. -----

--- Finalizou refletido sobre o que explicava, que apesar do descalabro a que o concelho tinha chegado, ainda assim, ao contrário do que tinha acontecido noutros concelhos, como Santarém, as pessoas continuavam a preferir um projeto liderado pelo Partido Socialista. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Délio Modesto Pereira (CDU), que declarou que, a CDU sempre apresentou propostas responsáveis ao longo dos anos e, sempre tinham contribuído para o desenvolvimento do concelho, no entanto nem sempre o executivo as tinha sabido aproveitar. Esclareceu que estavam em desacordo com a forma como a autarquia geria os dinheiros públicos e, a prova de que as propostas da CDU tinham razão de existir era o estado em que o concelho se encontrava. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhora Ana Penedos (PPD/PSD.NC), que sobre o documento/parecer subscrito pela sociedade ROC, nas ênfases tinham sido feitas duas observações, para as quais solicitou esclarecimento. -----

--- Referiu, sobre as conversas ali ocorridas no debate daquele ponto, que lhe fazia um pouco de confusão certas observações ali feitas, que em pouco abonavam no respeito pelas liberdades e direito de cada um exercer o seu direito democrático de fazer apreciações. Dirigindo-se ao senhor Presidente de Câmara disse que, como membro da Assembleia Municipal, como militante do Partido Social Democrata e, membro da concelhia do Cartaxo ninguém lhe dava indicações de como deveria votar, portanto estar a ouvir opiniões, que poderiam eventualmente condicionar o voto, era inadmissível no seu entendimento. Acrescentou que a menção de *forma porca de estar na política* era uma forma pouco simpática de se dirigir àquele órgão. --

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Pedro Mesquita Lopes (PPD/PSD.NC) sobre a documentação em apreciação, referiu a diminuição do número de trabalhadores de 366 em 2013, para 318 em 2017, uma diminuição de 13%; nas horas extraordinárias em 2014, um valor de 234441 horas e, em 2017, 33504 horas, um aumento de cerca de 43%, pelo que solicitou ao executivo uma explicação sobre aquela realidade. Solicitou ainda qual o valor pago de horas extraordinárias em 2017. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, para respostas às questões formuladas. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, transmitiu que as considerações feitas pelo senhor Délio Pereira eram enquadradas no discurso do 25 de abril do senhor José Barreto, pois nunca tinha dito que as propostas efetuadas, pela CDU eram destrutivas. -----

--- Em relação aos desabafos da senhora Ana Penedos mencionou, que todos tinham família e, andar meses a fio em campanhas porcas, sujas e difamatórias, era muito complicado. Referiu ainda, que também nunca a tinha visto indignar-se perante esse tipo de manobras, da qual sabiam a origem. Todos tinham a sua dignidade e, a última campanha eleitoral ultrapassou todos os limites. Esclareceu que, quando falava na forma porca de estar na política, nada tinha a ver com os órgãos, mas sim com o tipo de campanha negra e suja, que tinha sido feita, que nada tinha a ver com o projeto político. -----

Tomou depois a palavra, **o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal,** explicou sobre a ênfase das dívidas de terceiros, nomeadamente 805 mil euros, o município no ano de 2016/2017 verificou-se que existia mais receita por cobrar e, para colmatar essa necessidade tinha havido uma redistribuição de tarefas



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nas Taxas e Licenças, para recuperação da dívida, pois terminavam o ano de 2017 a deverem-lhe mais, do que devia a terceiros. -----

--- Relativamente à outra enfase tinha a ver com facto do desfasamento, entre a adesão ao projeto e, o recebimento da primeira tranche, no segundo trimestre de 2017, que tinha originado o desvio. Quando as tranches estivessem todas concluídas, o plano teria de bater certo. -----

--- Em relação às horas extraordinárias explicou que, entre 2014 e 2017, o número de trabalhadores reduziu em 37, vezes 7 horas por dia, vezes 252 dias, dava um resultado de 65 mil horas. Acrescentou que, só tendo pago 33 mil horas extra, havia ainda 50% por liquidar. Acrescentou que o valor pago em horas extra no ano de 2017 foi cerca de 194 mil euros. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a discussão do ponto e colocou a votação a proposta apresentada. -----

➤ A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta apresentada, com vinte (20) votos a favor, sendo dezasseis (16) do PS, três (3) da CDU e um (1) do MIP e sete (7) abstenções sendo seis (6) PPD/PSD.NC e um (1) do BE. -----

9. APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DO ANO DE 2017. -----

Proposta de Deliberação N.º 45/PC-PMR/2018 -----

"Considerando que:

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual define como documentos de prestação de contas o balanço, a demonstração de resultados, os mapas de execução orçamental, os anexos às demonstrações financeiras, o relatório de gestão e outros que a autarquia considere relevantes para a sua gestão.

No uso das competências determinadas pelo disposto na alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º conjugado com a alínea l) do n.º 2 do art.º 25º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deve, legalmente o Executivo Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas, devendo submete-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

Assim tenho a honra de propor que a Câmara Municipal elabore e aprobe os documentos de prestação de contas do exercício do ano 2017 e os submeta à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Que a assembleia municipal aprecie e vote, os documentos de prestação de contas do exercício de 2017, nos termos do disposto na alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,

Pedro Miguel Magalhães Ribeiro"

O senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou o ponto e deu a palavra ao senhor Vice-Presidente que esclareceu que, consistia na aplicação da legislação, 5% em reserva, para o resultado do próximo exercício. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período para registo dos interessados em intervir na discussão do ponto; não havendo registo de interessados, colocou a votação a proposta apresentada.-----

➤ A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a moção apresentada, com vinte (20) votos a favor, sendo dezasseis (16) do PS, três (3) da CDU e um (1) do MIP e sete (7) abstenções sendo seis (6)



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PPD/PSD.NC e um (1) do BE. -----

10. RELATÓRIO FAM – 3.º TRIMESTRE/2017. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou o ponto e deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que, prescindiu da palavra, dizendo-se à disposição para os esclarecimentos que pretendessem suscitar. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período destinado à apreciação do ponto e, de imediato deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor José Augusto de Jesus (PPD/PSD.NC), que solicitou informação sobre o processo do parque de estacionamento, nomeadamente, a questão das garantias bancárias. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que informou que, iria fazer chegar a informação sobre o processo em causa. -----

➤ A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório FAM – 2.º Trimestre/2017. -----

11. APAAC - MAPA MENSAL DE MOVIMENTOS DO CROAC – CARTAXO. -----

➤ A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

12. TAGUSGÁS – EMPRESA DE GÁS DO VALE DO TEJO, S.A. – RELATÓRIO E CONTAS DE 2017. --

➤ A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período de *Intervenção do Público*, e deu a palavra ao munícipe, senhor José António Torres Rodrigues, que no uso da palavra começou por apresentar cumprimentos aos presentes. Informou que, na passada terça-feira tinha participado na Assembleia de Freguesia de Valada, para criticar a proliferação de herbicida, que a incompetente presidente espalhava pela freguesia; tendo-lhe sido respondido “*então prefere que as ervas cresçam ou que as pessoas sejam atropeladas*”, referiu que esta resposta era a prova provada da sua incompetência, como se não existissem outras soluções, sem ser matar pessoas com cancro, já que morriam por dia em Portugal mais de 70 pessoas com cancro. Mencionou que não se verificava nenhum melhoramento na freguesia, sem ser a reparação de aqueduto de águas pluviais, cuja deterioração incomodava a passagem do carro da senhora presidente da junta, visto ficar próximo da sua casa.-----

--- Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara questionou, se o mesmo tinha sido convidado, para participar no programa “Prós e Contrás” sobre a poluição do Rio Tejo e, que à última hora tinha recusado a participação. Referiu ainda, que as reparações ocorridas na circular do Cartaxo não tinham passado de mera operação cosmética para as eleições autárquicas pois, estava novamente esburacada e, não aguentaria até às próximas eleições. Questionou ainda, sobre a Rua Batalhoz e a quantidade de lojas encerradas. Finalizou perguntando sobre a rotunda, recentemente arranjada e, onde se via um contador de água era uma homenagem à cartágua ou ao grupo lena. Finalizou referindo que, o centro de saúde de



Handwritten signature

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Valada estava encerrado há mais de um ano. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que, agradeceu a presença do senhor José Rodrigues, no entanto não comentaria o tom utilizado na intervenção, nem a falta de respeito demonstrada pela senhora Presidente da Junta. -----

--- Disse que o único competente deveria ser aquele munícipe, pois os outros cartaxeiros tinham reforçado a maioria de quem tinha gerido a câmara no passado mandato. Referiu que os herbicidas aplicados na freguesia de Valada eram os mesmos aplicados, em todas as freguesias do concelho, todos devidamente, certificados pelo Ministério da Agricultura e Ministério da Saúde. -----

--- Respondeu que, nunca tinha sido convidado a participar no programa "Prós e Contras" sobre o Rio Tejo e, que não tinha nenhum problema de consciência em relação a essa matéria. Acrescentou que, havia uma obra ambicionada em Valada, há mais de 30 anos, a Etar que, se tudo corresse dentro do previsto no verão estaria a funcionar, uma obra que tinha um investimento de 3,2 milhões de euros, que iria permitir o tratamento dos esgotos de Valada e Porto de Muge, de acordo com as normas legais em vigor. -----

--- Sobre a extensão de saúde julgou que, era ingrato o que ali havia dito e, só poderia atribuir a ingratidão à falta de conhecimento e informação, pois se a câmara não tivesse agido a extensão não estaria encerrada para obras, mas sim encerrada definitivamente; aquela era uma obra que competia ao Ministério da Saúde e, uma vez que a obra nunca mais avançava, a câmara estava a despender de verba, que faria falta para outras obras, para se substituir ao Ministério da Saúde e, se tudo corresse bem muito breve, o serviço estaria aberto, em condições como nunca tinha tido. -----

--- Em relação aos alcatroamentos em ano de eleições, sugeriu ao munícipe que consultasse as atas da Assembleia Municipal, para verificar que porventura, o ano em que a câmara tinha feito menos alcatrão tinha sido no ano das eleições, um dado curioso. Sobre o comércio da Rua Batalhoz referiu que, não era por inação da câmara municipal, que não tinha sido ainda constituída uma associação, para que pudessem ter um interlocutor, para dinamizar o comércio local. Acrescentou que existiam lojas, que pagavam 3 ordenados e rendas altas e, outras que fechavam, a rua era a mesma, o sentido de trânsito era o mesmo e as pessoas que lá passavam eram as mesmas. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao munícipe, senhor José Brás, que cumprimentou os presentes e abordou o tema da regionalização e, perguntou como estava aquele tema e, quais os encargos e as respostas do governo central, no que concerne aos serviços continuados, para as populações envelhecidas, serviços de segurança assim como, os serviços prestados pelos bombeiros, serviços escolares e lares. Perguntou qual a regionalização, que iriam ter, pois quem dava aos pobres emprestava a Deus e, quem roubava aos pobres como iria ser. Solicitou atenção à oposição que trabalhava para o bem o povo, que deveria estar em ação juntamente com o município, para ver quais as regionalizações que queriam para o Concelho. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que a regionalização era um tema, que lhe era caro e disse, que aquele tema já tinha estado no programa de, praticamente, todos os governos, pelo menos desde 1987. Mencionou outro dado curioso, que era o facto de terem uma lei-quadro da regionalização aprovada em 1991, por unanimidade, na Assembleia da República. O senhor José Brás tinha questionado os custos da regionalização, mas preferiu falar dos custos para o país da não regionalização, porque o país estava regionalizado e, era



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

importante deixá-lo claro: tinham 5 regiões administrativas e 2 autónomas; a única diferença era que se perguntassem pelo nome dos dois presidentes dos governos regionais, todos sabem mas, se perguntassem os nomes dos presidentes das cinco CCDR's do país, não acreditava, que soubessem, por uma razão, não eram eleitos, não eram escrutinados, não restavam contas a ninguém, portanto o país estava regionalizado, estava era mal regionalizado. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Francisco Colaço (BE), que declarou que a regionalização também era um tema, que lhe era caro e, corroborou parte do que já tinha sido dito: as regiões existiam, as regiões eram administradas e, administravam milhões de euros anualmente, simplesmente, não tinham uma gestão democrática, ninguém as controlava, era uma regionalização encoberta e anti-democrática. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por terminado o período de *Intervenção do Público*. -----

FORMA DE VOTAÇÃO: -----

As deliberações constantes desta ata foram aprovadas, por unanimidade de votos dos membros presentes, com exceção daquelas onde se faz menção expressa do contrário. -----

➤ A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

ENCERRAMENTO: -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença do público, da comunicação social, do executivo e de todos os membros da Assembleia. E nada mais havendo a tratar, deu como encerrada a sessão, quando eram uma hora e vinte minutos do dia vinte de sete de abril. -----

Para constar se lavrou a presente ata, e eu, Inês Margarida Ribeiro Calisto, a redigi e subscrevi, vou assinar junto do senhor Presidente. -----

Augusto Gonçalves Parreira

Inês Margarida Ribeiro Calisto



MOÇÃO **Por investimento no Serviço** **Nacional de Saúde**

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) é um importante sector público, que deve estar ao serviço da população portuguesa, tendo, no entanto, problemas que urge resolver. Urge encontrar soluções para a resolução dos problemas do SNS que afetam o acesso a cuidados de saúde de qualidade e de proximidade, que passam sobretudo por mais investimento do Estado nesta área.

A população portuguesa não se esquece que foi durante o anterior governo do PSD e CDS-PP, na sequência do que já vinha sendo feito pelo governo PS que encerraram extensões de saúde e serviços hospitalares de proximidade, ao mesmo tempo que aumentaram as taxas moderadoras e restringiram o transporte de doentes, reduziram os vencimentos e as prestações sociais.

No distrito de Santarém, dada as características de interioridade, as assimetrias demográficas e uma população envelhecida são maiores as insuficiências financeiras e recursos humanos indispensáveis à humanização dos cuidados de saúde, pese embora o esforço e dedicação dos profissionais de saúde, o que tem levado a um mal-estar laboral.

A CDU, nas instituições e com as populações, lutou e continuará a lutar por:

- Uma articulação entre os diversos níveis de prestação de cuidados tendo em vista o aproveitamento dos recursos disponíveis, entre as Unidades Hospitalares e os Cuidados de Saúde Primários (nos quais se incluem as Unidades de Saúde Familiar, as Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados e as Unidades de Cuidados na Comunidade) de meios financeiros, técnicos e humanos necessários ao cumprimento das suas missões remediativa, preventiva e de promoção da saúde;
- A recuperação dos edifícios dos centros de saúde e dos hospitais degradados e a precisar de obras de reabilitação;
- A defesa da autonomia das administrações hospitalares;
- A implementação de uma política de recursos humanos formativa e que incentive a contratação de médicos especialistas nos hospitais com o objetivo de diminuir as listas de espera em cirurgia e

- consultas e melhorar significativamente os serviços de urgência, com estabilidade profissional;
- A contratação de médicos, enfermeiros, técnicos de saúde, assistentes administrativos e operacionais, que levam ao aumento da capacidade de resposta do SNS;
 - A reabertura de valências hospitalares encerradas e indispensáveis a uma oferta de qualidade e de proximidade que aliviem o excesso de concentração;
 - O fim das altas hospitalares forçadas, onde os doentes são quase que empurrados porta-fora, só para cumprir indicadores de gestão, sacrificando normas de segurança dos doentes;
 - O apoio ao transporte de doentes, mesmo os não urgentes;
 - A atribuição de médico de família a todos os utentes e contratualização de enfermeiros.

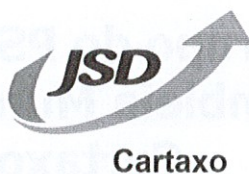
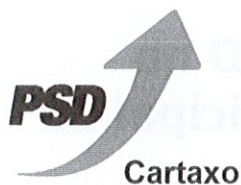
É neste quadro que, recorrentemente, assistimos a notícias e denúncias relativas às degradantes condições de atendimento, assistência e trabalho.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal do Cartaxo delibera:

Saudamos a resistência e luta dos profissionais de saúde e dos utentes do distrito, reafirmando que o que se impõe de forma extremamente urgente é o reforço do investimento público na região, capacitando as suas unidades hospitalares das valências, dos meios e sobretudo dos profissionais necessários para dar resposta aos graves problemas que se fazem sentir.

Os Membros da Assembleia Municipal do Cartaxo

Aos 26 dias de abril de 2018



Grupo do PSD na Assembleia Municipal do Cartaxo

PROPOSTA

“Mês do Desporto”

Data: 26 de abril de 2018

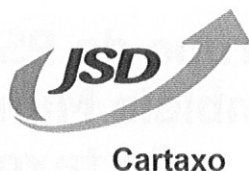
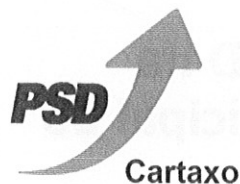
N.º de Páginas: 2

Cada vez mais os jovens saem menos de casa, as brincadeiras que outrora se faziam na rua hoje fazem-se num secretária e em vez de uma bola no pé, existe um teclado na mão.

O nosso concelho, que já foi apelidado de Terra Viva, não fugiu a esta tendência. As ruas do nosso concelho estão cada vez mais vazias e escassas de atividade. O comércio da Rua Batalhoz definha, o centro do Cartaxo praticamente não tem movimento.

É, portanto, responsabilidade dos representantes políticos eleitos pelos Cartaxeiros procurar solução para este problema que se tem vindo a arrastar e a agravar ao longo dos executivos que têm passado pela gestão da Câmara Municipal do Cartaxo, que nada fizeram para solucionar este problema.

Municípios como Oeiras, Aveiro ou Braga, têm políticas ativas para dinamizar as suas cidades e desta forma manter vivo e rentável o comércio local. Através de atividades nas ruas dinamizadas pelas associações do município. Aveiro, hoje é das cidades mais dinâmicas do país, com eventos recorrentes nas ruas da cidade abertos a todos e de livre participação. Este método permite às associações gerarem as suas próprias receitas de forma independente, justificarem possíveis subsídios por parte da Câmara, darem-se a conhecer aos habitantes e sobretudo passam a estar no plano central da vida cultural do Município.



Grupo do PSD na Assembleia Municipal do Cartaxo

Tendo em conta todos os pontos anteriores, a Juventude Social Democrata do Cartaxo, por intermédio dos eleitos do PSD nesta assembleia, propõem que durante quatro fins-de-semana de um mês a definir pelo executivo, se organizem atividades no Centro do Cartaxo relacionadas com o desporto.

Estas atividades (permitam-nos as sugestões) poderão passar por:

- a) demonstrações de Karaté em frente à Câmara;
- b) um Mini-Torneio de Futebol de Rua em frente à Câmara. - permitindo a todos os jovens do Cartaxo formarem equipas e jogarem uns contra os outros, podendo ter como dinamizadores os clubes locais de futebol;
- c) uma Prova de Ciclismo pelo Cartaxo – organizando-se um mini-circuito pelas ruas do Cartaxo para que as pessoas saiam de casa para assistir a uma prova de ciclismo.
- d) uma Prova de Atletismo pelo Cartaxo - organizar um mini-circuito pelas ruas do Cartaxo para que as pessoas saiam de casa para assistir a uma prova de atletismo.

Tendo em conta o acima vinculado, os deputados do PSD nesta Assembleia Municipal, requerem que a presente proposta seja aprovada e endereçada ao executivo municipal, para que este tome as diligências necessárias à implementação do “Mês do Desporto”, a realizar no centro da cidade do Cartaxo.

O Grupo do PSD na Assembleia Municipal do Cartaxo



MOÇÃO

PELA RESOLUÇÃO DA SAÚDE NO MUNICÍPIO DO CARTAXO

PELA DEFESA DO DIREITO À SAÚDE DA POPULAÇÃO LOCAL

A **SAÚDE** é uma preocupação fundamental do ser humano, constituindo elemento fundamental para a vida e o bem-estar de cada pessoa.

O **DIREITO À SAÚDE** é um dos direitos essenciais que a Constituição da República Portuguesa consagra, Lei Fundamental que definiu como instrumento para a sua concretização a existência do Serviço Nacional de Saúde (SNS), serviço nacional, público, instrumento concretizador da responsabilidade prioritária do Estado em garantir o direito à saúde a todos os portugueses em condições de igualdade, independentemente do seu estatuto social e económico.

A actual situação da Saúde, das unidades do Serviço Nacional de Saúde no Município do Cartaxo torna-se dramática.

A Assembleia Municipal do Cartaxo tem-se empenhado na tentativa de resolução desta grave situação por parte das entidades públicas governamentais legalmente responsáveis, nomeadamente o ACES Lezíria, aguardando o seu contato para a realização de uma reunião acordada para o primeiro semestre do ano, que não aconteceu.

Claramente, a situação dramática vivenciada pela nossa população comporta uma inadmissível negação do Estado, no cumprimento da sua obrigação constitucional, de garantir a todos os portugueses, iguais condições no acesso aos cuidados de saúde públicos, nomeadamente aos cuidados de saúde primários, cuidados de saúde e de proximidade.

Considerando que:

- O Centro de Saúde do Cartaxo, (USF “Terra Viva” e UCSP) dispõe actualmente de seis médicos de saúde familiar ao serviço, estando-lhe afectos, a cada um, entre 1600 a 2000 utentes.
- Destes seis médicos, um encontra-se em permanente ausência por doença, deixando uma média de 1600 utentes sem consulta e o outro apresenta-se com frequência de baixa, deixando mais 1600 utentes periodicamente sem consulta, o que perfaz em média 3200 utentes **com médico mas sem consulta**.
- A este número acrescem os 3200 utentes sem médico de família.
- Estão em falta Enfermeiros na UCSP do Cartaxo, o que nem sempre permite fazer as consultas de vigilância dos utentes sem médico.
- A dificuldade no acesso telefónico ao centro de saúde do Cartaxo é uma constante.
- Os utentes sem médico chegam a esperar algumas horas, para marcar uma consulta para o dia, o que nem sempre é possível, uma vez que só existem 6 vagas das 09h00 às 13h00 e 8 vagas das 20h00 ÀS 22h00.
- Não existe Atendimento Complementar no período das 13h00 às 20h00.

Considerando que o centro de saúde do Cartaxo tornou-se manifestamente insuficiente para dar uma resposta de qualidade e atempada às necessidades da população e de acordo com o compromisso assumido pelo partido, na melhoria da resposta na saúde do concelho, como uma prioridade

O grupo do Partido Socialista propõe:

1. Exigir com carácter urgente uma reunião com o ACES Lezíria para que preste ao representante do Município a informação pormenorizada referente ao cumprimento da promessa que assumiu na contratação de mais médicos e enfermeiros para o Centro de Saúde do Cartaxo.
2. Requerer uma reunião com a direcção das unidades de saúde do concelho do Cartaxo, nomeadamente a Unidade de Saúde Familiar “ Terra Viva”, a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados do Cartaxo e a Unidade de Saúde Familiar “D. Sancho I” para elaboração do diagnóstico da situação.

Remeter a presente moção para:

A sua EX.^a Diretora Executiva do ACES Lezíria

A sua EX.^a Coordenadora da USF “Terra Viva”

A sua EX.^a Coordenadora da UCSP do Cartaxo

A sua EX.^a Coordenador da USF D.Sancho

Cartaxo, 26 de Abril de 2018

O GRUPO DO PS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

Vera Isabel Maximiano



(3)

[Handwritten signatures]

MOÇÃO
Por ocasião do 44.º aniversário da
Revolução de Abril

A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um ato de emancipação social e nacional.

O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo heroico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heroica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais.

Portugal, apesar dos avanços registados na reposição e conquista de direitos, necessita de uma mais lesta resposta a problemas estruturais ligados com o desenvolvimento das capacidades produtivas nacionais e de fortalecimento dos serviços públicos para garantir a resposta às necessidades dos trabalhadores e das populações.

O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efetiva autonomia administrativa e financeira.

A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado em prol das populações, com as comissões administrativas após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres e democráticas para os órgãos das autarquias locais, em Dezembro de 1976, onde o Poder Local Democrático se afirmou, operando profundas transformações sociais com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e sobrepondo-se, até em alguns casos, na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências.

As comemorações da Revolução de Abril devem ser um momento para afirmar a necessidade de uma política que dignifique o trabalho e os trabalhadores, dê resposta aos problemas do povo e do País, uma política que respeite o Poder Local Democrático e o que ele representa de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares. Um momento de resistência e luta contra os que querem ajustar contas com Abril, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal.

Devem ser um momento para a convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal do Cartaxo delibera:

1. Promover e estimular a luta em defesa dos valores e conquistas de Abril, da Constituição da República Portuguesa e pela exigência duma rutura que abra caminho a uma política que sirva Portugal e o povo português.
2. Apelar aos autarcas, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população, para se associarem às comemorações do 25 de Abril, na afirmação do Poder Local Democrático como conquista de Abril e na defesa dos interesses e direitos das populações.

Os Membros da Assembleia Municipal do Cartaxo

Aos 26 dias de abril de 2018



Saudação aos 44 anos do 25 de abril de 1974

Considerando a recente comemoração do 44º Aniversário do 25 de abril, dia da liberdade e da queda do regime ditatorial que oprimiu Portugal durante 41 anos sem interrupção;

Tendo em conta que as comemorações desta data histórica deverão continuar a ser um momento de afirmação democrática do povo e do poder local democrático, com um penhorado agradecimento a todos aqueles que neste dia da história colocaram de lado as suas diferenças e marcharam sobre o poder totalitarista que subjugou um povo à ignorância e censura que afetou irremediavelmente gerações do nosso país;

O 25 de abril não é “apenas” e “só” uma data em 1974, o 25 de abril celebra-se todos os dias nestas assembleias, nos executivos, nas urnas de voto, na Assembleia da República, na televisão, nos jornais e mais recentemente nas redes sociais, nas escolas básicas e nas Universidades, no serviço nacional de saúde, nas forças de segurança, nas nossas casas e nas nossas ruas.

O 25 de abril é e continuará a ser, todos os dias, de todos os que reclamam para si os deveres da tolerância, da liberdade, do espírito democrático, da igualdade e fraternidade, e acima de tudo, da equidade.

Considerando o dever de descentralização do estado, realçamos aqui o exemplo de descentralização seguido pelo nosso concelho nesta celebração ocorrida em Vila Chã de Ourique.

O Partido Socialista do Cartaxo vem desta forma saudar a realização descentralizada da sessão solene do 25 de abril, fazendo votos para que este exemplo seja seguido em anos futuros, trazendo estas celebrações cada vez mais para junto do povo em todas as freguesias e locais do nosso concelho.



O Partido Socialista do Cartaxo deixa também o seu agradecimento e saudação a todos os militares que tomaram parte ativa desta resolução e devolveram, no 25 de abril, a

República Democrática ao povo e que para sempre serão lembrados como os libertadores do povo Português.

Cartaxo, 26 de abril de 2018

Moção

No dia 1º de Maio de 1886, 500 mil trabalhadores saíram às ruas de Chicago, nos Estados Unidos, em manifestação pacífica, exigindo a redução da jornada para oito horas de trabalho. A polícia reprimiu a manifestação, dispersando a concentração, depois de ferir e matar dezenas de operários.

Mas os trabalhadores não se deixaram abater, todos achavam que eram demais as horas diárias de trabalho, por isso, no dia 5 de Maio de 1886, quatro dias depois da reivindicação de Chicago, os operários voltaram às ruas e foram novamente reprimidos: 8 líderes presos, 4 trabalhadores executados e 3 condenados a prisão perpétua. Foi este o resultado desta segunda manifestação.

A luta não parou e a solidariedade internacional pressionou o governo americano a anular o falso julgamento e a elaborar novo júri, em 1888. Os membros que constituíam o júri reconheceram a inocência dos trabalhadores, culparam o Estado americano e ordenaram que soltassem os 3 presos.

Em 1889 o Congresso Operário Internacional, reunido em Paris, decretou o 1º de Maio, como o Dia Internacional dos Trabalhadores, um dia de luto e de luta. E, em 1890, os trabalhadores americanos conquistaram a jornada de trabalho de oito horas.

Também em Portugal a longa luta dos trabalhadores e das suas organizações de classe tem sido longa e árdua, na defesa da melhoria das condições de vida dos e das trabalhadoras. Durante a ditadura do Estado Novo os seus direitos democráticos à organização sindical foram negados, levando à primeira grande revolta operária, já em plena ditadura, a revolta da Marinha Grande a 18 de Janeiro de 1934. Depois de Abril de 1974 os seus direitos à organização foram reconhecidos legalmente.



As diversas ofensivas de governos que fazem os trabalhadores como adversários das suas políticas, como as políticas laborais, delinquentes, do governo anterior PSD/CDS exigem a nossa atenção e solidariedade para com os trabalhadores e o movimento sindical.

Enviamos daqui, da Assembleia Municipal do Cartaxo a nossa saudação democrática, como autarcas aos e às trabalhadoras portuguesas nesta data que se aproxima, o 1º de Maio de 2018, certos, da urgência, de que mais cedo do que tarde a legislação laboral aprovada pelo anterior governo, PSD/CDS, lesiva dos interesse de classe dos e das trabalhadoras portuguesas, será anulada e substituída por legislação adequada, que reponha e salvguarde os seus direitos colectivos, à negociação e aos seus direitos elementares da função sindical..

Lançamos uma saudação aos e às trabalhadoras portuguesas

Vivam os direitos democráticos dos trabalhadores e trabalhadoras à sua organização em sindicatos reconhecidos e respeitados.

Viva o 1º de Maio

Francisco Colaço

Deputado Municipal do Bloco de Esquerda

26/04/2018

